

O ESPÍRITO NO MUNDO

MEDITAÇÕES EVANGÉLICAS

JOSÉ COMBLIN

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1	4
UM SÓ CORPO E UM ESPÍRITO	4
JESUS E O POVO DE DEUS.....	6
O LANÇAMENTO DO POVO DE DEUS.....	8
AS EXPERIÊNCIAS PAULINAS DO POVO DE DEUS	10
O POVO DE DEUS E OS POVOS DO MUNDO	11
A SABEDORIA DO ESPÍRITO.....	14
CAPITULO 2	15
O PENSAMENTO DE CRISTO	15
O TESTEMUNHO DO ESPÍRITO	15
A PRIMAZIA DE JESUS CRISTO.....	17
OS SEGREDOS DE DEUS.....	19
CAPITULO 3	20
ELE DARÁ TESTEMUNHO	20
JESUS E A FORÇA DA PALAVRA	21
O MINISTÉRIO DO EVANGELHO.....	23
A PALAVRA MULTIPLICADA NO POVO	26
CAPITULO 4	29
ONDE ESTÁ O ESPÍRITO AÍ ESTÁ A LIBERDADE.	29
LIBERDADE DA MORTE	31
LIBERDADE DO PECADO E DA CARNE.....	32
LIBERDADE E CARIDADE.....	36
A LIBERTAÇÃO NA HISTÓRIA.....	38
CAPITULO 5	41
O PENHOR DO ESPÍRITO	41
A VIDA ETERNA	41
O DOM DA VIDA ANTECIPADO.....	42
PRESENTE E FUTURO.....	44
CAPITULO 6	49
OS DONS ESPIRITUAIS	49
A ORAÇÃO	49
OS CARISMAS	50
OS SACRAMENTOS	54
O AMOR	57
A FESTA	58
A ARTE	60

INTRODUÇÃO

Os evangelistas referem-nos que, até o último minuto, os discípulos de Jesus permaneciam perplexos e cheios de dúvidas: não sabiam compreender porque e para que, afinal de contas, Jesus tinha vindo a este mundo. Perguntavam-se qual o resultado concreto dessa sua visita a este mundo, da sua vida e da sua morte. Estavam desorientados: aparentemente não havia acontecido nada; o mundo continuava igual; então, para quê ? Pensavam que no último minuto Ele fosse finalmente desvendar o seu desígnio e o mistério se revelaria. Se não acontecesse nada no último momento, toda a história anterior pareceria desembocar em nada. Então, exatamente no último minuto antes de que Jesus desaparecesse, fizeram essa pergunta : “Senhor, é agora que pretendes restaurar o reinado de Israel ?”(At 1,6). Estavam vibrando, tensos pela expectativa: fazia três anos que eles esperavam esse minuto.

Possivelmente, se perguntássemos a muitos cristãos hoje em dia : afinal de contas, qual foi o resultado concreto da vinda de Jesus a este mundo, muitos ficariam igualmente desorientados.

Jesus não deixara de falar e explicar que o sentido da sua missão era a vinda do Espírito Santo,mas a resposta parecia não ter significado para os discípulos e não lhe deram atenção. Não podiam crer que fosse somente isso. Não tinham a experiência do Espírito: esperavam alguma coisa mais espetacular. Contudo,, à última pergunta dos discípulos Jesus responde de novo : virá o Espírito. Toda a sua vida, morte e missão culminam na chegada do Espírito Santo. O advento do reino de Deus na sua glória fica para uma data ulterior, indeterminada, visivelmente muito remota, e que não deve preocupar. O que deve preocupar e chamar a atenção, é essa vinda iminente do Espírito.

Apostamos que para muitos cristãos de hoje essa resposta de Jesus deixa um sentimento de frustração e de certa desilusão assim como aconteceu com os discípulos no dia da ascensão: não realizam o alcance desse dom.

O grande drama da época moderna foi que muitos homens já não agüentaram as promessas da Igreja. Diziam : o que a Igreja não realizou depois de 2000 anos, a ciência vai realizar, a técnica vai realizar, a democracia vai realizar, o socialismo vai realizar : um mundo fraterno, justo, pacífico, feliz. A promessa de Jesus, nós vamos realiza-la.

Infelizmente a experiência já mostrou suficientemente que também essas promessas não foram cumpridas. O bem-estar material da humanidade melhorou muito, mas o mundo ainda é injusto, violento, infeliz.

A conclusão deve ser que não entendemos bem as promessas de Jesus. O Espírito vem, mas não da maneira como se tinha imaginado. Por sinal n o imaginário da humanidade o Espírito não representa uma grande força, e, por isso o advento da ciência, da tecnologia, da democracia prescindiu do Espírito que não podia ajudar em nada.

Com efeito, desde tempos imemoriais na religião popular dos povos católicos, o papel do Espírito Santo tem sido limitado: reza-se o Veni Creator ou outra invocação ao Espírito Santo para pedir uma iluminação da inteligência, celebra-se a festa de Pentecostes sem lhe perceber a importância , e mais nada. Somente a Renovação carismática restituiu o valor do Espírito Santo para a experiência

religiosa dos seus membros, mas ela o entende de maneira muito particular que não coincide exatamente com aquilo que está dito no Novo Testamento. Para o conjunto dos fiéis, essa renovação carismática parece ser antes de mais nada uma devoção particular de alguns grupos com sensibilidade religiosa bastante superficial. De qualquer jeito, devotos ou indiferentes interpretam esses dons do Espírito como uma experiência espiritual privada, interior, pessoal.. Não percebem o significado desse acontecimento para a marcha do mundo.

Nestas páginas, vamos meditar a mensagem do Novo Testamento sobre o Espírito Santo e a sua missão precisamente na marcha do mundo, no meio das revoluções do mundo, como resposta de Deus às aspirações da humanidade e fio condutor que orienta o povo de Deus na confusão da história.

Capítulo 1

UM SÓ CORPO E UM ESPIRITO

Primeiro que tudo, precisamos fazer um esclarecimento de vocabulário: trata-se da palavra "espírito". Em português, como em todos os idiomas europeus, a palavra espírito sugere imediatamente o contrário de matéria. O fenômeno vem de longe. As nossas palavras são herdeiras das palavras gregas e latinas e seu significado foi forjado pela mentalidade dos gregos e dos romanos. Desde então as estruturas fundamentais da linguagem européia e, portanto, do pensamento europeu não mudaram. Espontaneamente, o "espírito" evoca a idéia de não-matéria, imaterial. E bem sabemos que no pensamento moderno somente vale o material: as realidades que se apresentam como imateriais parecem não ter o mesmo valor de realidade. Imaterial sugere algo etéreo, menos real, ou totalmente privado de realidade. Essa estrutura do pensamento moderno desprestigia a palavra "espírito". Quando se fala em "valores espirituais", todo o mundo imagina que está falando um burguês numa reunião do Rotary ou do Lions Club, depois de uma abundante ceia com bons vinhos e comidas finas: para o povo em geral, "valores espirituais" equivale a "palavras ocas". Com efeito, os discursos dos burgueses ou dos políticos são ocas. Pronunciam muitas palavras para dizer nada.

Com certeza, o Espírito Santo sofre um grande desprestígio por causa do seu nome. Infelizmente, não existe outro disponível em nossa linguagem. Este é mais um caso em que aparece claramente que os idiomas europeus, derivados do grego ou do latim, são radicalmente inadequados às realidades cristãs: não têm palavras para exprimir o pensamento de Jesus Cristo. Jesus sempre falou idiomas semíticos: falava aramaico e conhecia a língua hebraica em que estava escrita a Bíblia. Foi um grande problema para os apóstolos a tradução da sua mensagem para o grego e, depois, para o latim: o mesmo problema que temos com a tradução portuguesa que tem a estrutura do grego e do latim. Temos muitas traduções da Bíblia em português justamente porque nenhuma traduz exatamente o pensamento original e nenhuma o traduzirá no futuro, pelo menos nas línguas européias. Pode ser que o árabe seja mais adequado porque pertence à mesma família da língua de Jesus.

Tudo isso serve para dizer que o nome não deve enganar quando damos à terceira pessoa da Santíssima Trindade o nome de "Espírito", queremos dizer exatamente o contrário daquilo que o nome evoca. Conforme as palavras semíticas a nossa palavra "espírito" significa a força de Deus, uma força de tempestade, como a força do vento, a força do temporal, aquela que se manifestou no dia de Pentecostes. Quando a Bíblia diz que o Espírito estava ou desceu na pessoa de Davi, ou de Elias, ou dos profetas, isto significa que a força de Deus estava neles, que havia neles uma força inaudita, uma força nova, que vinha diretamente de Deus, que era a própria força de Deus, a força pela qual Deus tinha feito o mundo.

Ao prometer e anunciar a vinda do Espírito, Jesus abre o caminho para a entrada da força de Deus: a força que criou o mundo e volta a esse mundo para refazê-lo, para completá-lo e levá-lo ao seu destino final. Neste capítulo queremos

meditar o fato central, o efeito central da vinda do Espírito: a formação ou a re-formação do povo de Deus. O Espírito faz um povo, aquele povo que fracassou no antigo povo de Israel. Todo o resto da sua atuação no mundo se explica a partir desta finalidade principal.

Na realidade, a missão do Espírito é muito diferente da missão de Jesus no sentido de que esta foi muito limitada no tempo, foi uma missão brevíssima, e a missão do Espírito Santo se estende ao longo da história: o Espírito entrou na história para nunca mais sair dela. Iniciou a história do povo de Deus e nunca mais desistirá de continuá-la.

Em verdade, o povo já existia antes de Jesus e Jesus pertencia a ele: foi criado nos tempos referidos pela Bíblia, e o próprio Antigo Testamento é a história do povo nos séculos que precedem a vinda de Jesus. Quando Jesus veio, viu que o seu povo tinha sido desviado e corrompido profundamente: já não era o povo de Deus que devia ser. Veio dar um impulso definitivo para tirar o seu povo dos limites da raça, da cultura e do território da Palestina, e para fazê-lo alcançar o tamanho do verdadeiro Israel, destinado a envolver todos os povos da terra.

Para que a expressão “povo de Deus” seja bem entendida, precisamos fazer outra advertência. Embora o povo de Deus seja o que s. Paulo chama de “igreja”, isto é “assembléia” no sentido profundo em que ele usa a palavra, não podemos reduzi-lo àquela realidade à qual damos o nome de Igreja na linguagem comum. Pois a linguagem comum usa a palavra igreja para designa o sistema institucional dirigido pelos sacerdotes, pelos bispos e pelo Papa. Esta Igreja tem com toda certeza um papel a cumprir dentro do povo de Deus e está chamada a assumir uma função de mediação a serviço do povo de Deus, mas ela permanece ambígua. Este aparelho institucional da Igreja tem a vocação de servir o povo de Deus, ajudando-o na sua promoção na história, mas por outro lado não deixa de ser traidor a sua vocação, servindo interesses mesquinhos, entre os quais o mais forte é a própria segurança e os meios materiais ou políticos que acha conveniente para garantir essa segurança.

O povo de Deus não é pura metáfora: é um verdadeiro povo. Podemos dizer que é o único verdadeiro povo, embora seja muitas vezes escondido, um povo principiante, um povo de esperança mais do que de presente. Pois os povos atuais das diferentes nações do mundo mal merecem o nome de povo. Pode-se dizer que existe realmente um povo brasileiro ? Povo quer dizer comunidade de seres humanos que tomam consciência de sua unidade com os seguintes sinais : afirmação de si, organização, autonomia na ação, direitos e responsabilidades assumidas por todos os membros. Povo é o contrário de massa. Num povo as elites e a multidão estão articuladas de modo harmonioso para o bem de todos. Em todos esses sentidos pode-se dizer que existe o povo brasileiro ? Existe, sim, uma aspiração em muita gente para ser um dia um povo. Mas esse povo ainda não existe.

Se examinarmos o que há no fundo da aspiração dos brasileiros para serem realmente povo, veremos que não há nada que o separe dos outros povos. Os povos não aspiram a uma existência separada, mas o povo verdadeiro deseja a unidade do mundo inteiro, no respeito mútuo das diferenças que não requerem, de modo algum, separação e, menos ainda, rivalidade. O papel dos Estados seria unir uma porção do povo determinada por uma terra com as outras porções para formar um só povo. Um só povo é a aspiração de Jesus passando por cima de todas as fronteiras. Na prática muitas vezes os Estados fazem o contrário : separam.

Isto quer dizer que, no fundo da aspiração de todos os povos , há uma aspiração para ser o único povo de Deus, um e diverso, reunião de todas as culturas

do mundo. Esse povo de Deus, povo real e verdadeiramente humano, é criação do Espírito, obra própria do Espírito enviado por Jesus e também fim da obra de Jesus, já que a sua missão culmina no envio do Espírito. O processo de formação do povo de Deus é o fundo do qual brotam todas as aspirações e os movimentos das multidões humanas atualmente divididas em nações para formar povos no sentido autêntico da palavra porque todos unidos.

Jesus e o povo de Deus

Tudo quanto o Espírito realizará no povo de Deus para desenvolver esse povo estava prefigurado na ação de Jesus. Pois Jesus delineou claramente pelas obras e pelas palavras o que devia ser esse povo, embora não tenha feito nenhum plano abstrato.

As ações e os discursos de Jesus poucas vezes são dirigidos a pessoas particulares. Jesus habitualmente não fala para pessoas isoladas das outras. O que ele falou na intimidade não foi conservado pela tradição porque não tinha importância. Pelo contrário, os evangelistas mostram que Jesus foi uma pessoa pública, que fala em público para o povo. Sua preocupação fundamental não é a salvação de almas isoladas e sim o povo de Deus, o verdadeiro povo de Israel.

Melhor dito : Jesus vê em torno dele massas abandonadas e sabe que elas são chamadas à condição de povo de Deus. A sua intenção é fazer delas o verdadeiro povo de Deus.: “Ao ver a multidão ,ficou profundamente penalizado,porque estava fatigada e estendida por terra como ovelhas que não têm pastor”(Mt 9,36).

Jesus tinha consciência de que era o último na linha dos profetas. A missão dos profetas tinha sido esta: lembrar ao povo de Deus as suas origens, a sua missão e mostrar até que ponto a realidade de Israel estava distante da sua vocação. Ora, Jesus não era um profeta qualquer: não veio somente para denunciar e anunciar, mas para fazer: para promover o advento do povo verdadeiro além dos limites estreitos da terra de Israel e da Lei de Moisés, e para libertá-lo dos obstáculos que as elites de Israel tinham colocado no seu caminho.

Para Jesus, o problema do povo de Deus são as barreiras: sacerdotes, doutores, fariseus, todos levantam barreiras e excluem do povo de Deus multidões de abandonados no mundo inteiro. Cada categoria invoca pretextos: essa massas abandonadas são pecadores, ignorantes, mal educados, miseráveis, rebeldes, pagãos, supersticiosos, não observam os preceitos, não oferecem sacrifícios, não são devotos, etc.

Na mente de Jesus, o verdadeiro problema do povo de Deus não consiste em rejeitar e excluir todos esses excluídos. Muito pelo contrário, o problema consiste em abrir as portas a todos aqueles miseráveis, até muito além das fronteiras do Israel histórico. Abrir as portas e convocar a todos: esta é a missão de Jesus. Exatamente como na parábola (Lc 14,15-24).

Por isso é que Jesus descreveu a sua missão da seguinte maneira: “Não fui enviado senão as ovelhas perdidas da casa de Israel”(Mt 15,24).. Ele próprio mostra aos discípulos uma missão semelhante: “Ide às ovelhas perdidas da casa de Israel”(Mt 10,6). São todas aquelas que os sacerdotes, os doutores, os poderosos eliminaram do Israel restringido por eles. As primeiras vítimas são todos os outros povos tratados como pecadores, e excluídos.

Os atos de Jesus manifestam a continuidade com esse propósito. Na realidade os seus atos constituem uma inversão completa dos processos estabelecidos em Israel naquele tempo. Para os sacerdotes, o problema é que o povo não comparece como devia no templo, não oferece os sacrifícios devidos. Para os fariseus, o problema é que o povo não observa todos os mandamentos, não pratica as obras de piedade e devoção e não tem conduta moral. Para os anciãos das grandes famílias, o problema é que o povo perdeu o respeito à autoridade. Para os herodianos, o problema é que o povo não entende as necessidades políticas e se deixa enganar pelas ilusões revolucionárias. E para Jesus, qual é o problema? O problema é simplesmente que existem sacerdotes, doutores, fariseus, anciãos e outras falsas elites que são falsos pastores que afastam o povo em lugar de reuni-lo, que o deixam com fome em lugar de levá-los para a vida, que excluem em lugar de incluir. Jesus vem para fazer o contrário dos outros: para desfazer o que fazem os sacerdotes, os doutores e os outros falsos pastores; Jesus vem romper as barreiras, todas essas precauções levantadas por uma falsa prudência humana, e chamar os pecadores, os rejeitados de toda espécie. Vejamos o que dizem os evangelhos. Tudo o que Jesus faz diz respeito a essa luta contra as elites e a essa aproximação das massas abandonadas que esperam que alguém as levante.

Por isso, a atividade de Jesus é uma parábola admirável de toda a história ulterior do povo de Deus. O povo de Deus vai repetir sem fim os mesmos gestos, as mesmas iniciativas, o mesmo debate entre elites e massas. Sempre a Igreja vai ser movida pelo Espírito para não ceder ao medo e à falsa prudência dos judeus contemporâneos de Jesus. Sempre os verdadeiros discípulos vão procurar imitar a Jesus na sua aproximação de tudo aquilo que está perdido. O trabalho do Espírito se acha prefigurado, e também inaugurado por esse trabalho de Jesus.

Tal continuidade não surpreende já que Jesus e o povo de Deus receberam o mesmo Espírito. O Espírito quis mostrar em Jesus qual era o seu plano, o seu projeto, a sua obra para orientar os séculos seguintes até o fim da história.

Como um profeta, como a pessoa em quem culmina toda a história dos profetas, Jesus recebeu a investidura do Espírito: a força de Deus estava com ele. S. Lucas mostra essa investidura de Jesus pelo Espírito desde a sua concepção (Lc 1,35). O batismo de Jesus foi como uma renovação da investidura profética na iminência do momento em que ele ia começar a sua missão (Lc 3,22). Depois disso “cheio do Espírito santo, voltou Jesus do Jordão e foi enviado pelo Espírito ao deserto (Lc 4,1). Depois das tentações no deserto, “regressou Jesus à Galiléia com o poder do Espírito (Lc 4,15). Entrou na sinagoga de Nazaré e leu o texto famoso de Is 61,1-2) tantas vezes lembrado em nossos dias: “O Espírito d Senhor está sobre mim porque ele me ungiu para levar a boa nova aos pobres, etc.”(Lc, 4,18). Esse texto foi adotado por Jesus como programa: ele se sabia enviado pela força do Espírito e sabia qual era a direção para a qual o Espírito o enviava. Isaias já havia anunciado tudo.

Contudo, Jesus tinha consciência dos limites da sua missão. Sendo homem Jesus era limitado no tempo e no espaço. Era um ser situado. Estava situado no povo de Israel tão maltratado pelos que deviam ser os seus guias, mas sabia que no meio do seu Israel, sobretudo nas terras pobres da Galiléia estava presente o resto do verdadeiro Israel e com esse resto ia assumir a promessa feita a Abraão. Ele podia dispor de três anos. Depois dele outros iam continuar a sua missão.

De certo modo ele ainda pertencia ao Antigo Testamento: sua atividade se achava delimitada pelo povo do Antigo Testamento. Ele próprio disse aos discípulos: “convém a vós que eu vá; se não for, não virá a vós o Defensor (o Espírito); mas se eu for, vo-lo enviarei”(Jô 16,7)

Diante das palavras e dos comportamentos de Jesus, as elites de Israel ficam perplexas e aborrecidas. Também as elites de todos os tempos. Elas procuram exegetas e teólogos que lhes expliquem que não se deve tomar tudo ao pé da letra, que Jesus fala como oriental que sempre exagera na linguagem. Nunca faltaram exegetas e teólogos para restaurar a tranquilidade das elites da sociedade e para explicar que não devem levar a sério o que está escrito nos evangelhos. Pois eles sabem melhor o que Jesus quer mesmo. Na realidade, se se tomam literalmente os comportamentos de Jesus, parece que levam a uma utopia total, uma anarquia total.. Ele perdoa tudo, aceita tudo, abre as portas para todos. Os “prudentes” perguntam-se : “O que é que vai acontecer agora ?” Essas elites podem descansar em paz : porque sempre terão a força suficiente para crucificar todos os que incomodarem. Além disso nunca permitirão que os discípulos de Jesus comecem sequer a repetir o que Jesus disse ou fez.. Uma vez pareceu que haveria uma exceção : foi quando Francisco de Assis e os seus companheiros começaram a imitar a vida de Jesus. Logo os “prudentes” tomaram conta da experiência e os franciscanos deixaram de incomodar. Estudaram a teologia que lhes explicou que Jesus queria dizer o contrário daquilo que os evangelhos contam. Desde então a Igreja institucional conseguiu evitar a repetição de tal excesso.

A ação de Jesus ia muito além de todos os programas de reforma política ou social: as revoluções políticas e sociais são imediatamente limitadas pelo necessário “realismo” dos dirigentes que devem levar em conta as condições reais da humanidade. Jesus lançou um movimento irrealizável em forma de programa: contudo é um movimento que vai fermentar e que ainda não acabou de fermentar e produzir tentativas de encarnar na realidade histórica aquele projeto de povo de Deus.

O lançamento do povo de Deus

O livro dos Atos dos Apóstolos refere vários fenômenos de vinda do Espírito. Contudo, o primeiro deles tem um significado especial e único. O que aconteceu no dia de Pentecostes foi único: foi realmente o sinal do início do novo povo de Deus. Melhor dito: o início da fase definitiva do povo de Deus. Pois já houvera um primeiro início no Sinai doze séculos antes.

S.Lucas destaca o significado do acontecimento comparando o dia de Pentecostes com o dia da aliança no Sinai. Naquele dia, o povo de Deus nasceu pelo dom da Lei. A Lei fazia a unidade das tribos de Israel, determinava o seu modo de viver, concluía uma aliança definitiva de tal modo que, graças à Lei, o povo de Israel ia viver permanentemente na espera de Deus, e na espera da sua orientação na história futura.

Na realidade, o que aconteceu foi que o povo de Israel não foi fiel: em lugar de ver na Lei um sinal de fraternidade e de esperança e uma abertura para as promessas de Deus, as elites e os maus pastores desviaram as massas do sentido da sua vocação. Fizeram da Lei uma separação dos outros povos da terra, uma

defesa das elites contra as massas, um meio para rejeitar os mais fracos, um símbolo de orgulho nacional e não de fraternidade ou solidariedade: enfim, tudo aquilo que os profetas e o próprio Jesus denunciaram.

Mas, agora no dia de Pentecostes, Deus já não intervém dando ou renovando uma Lei. Envia o seu Espírito, a sua força criadora e renovadora, essa Lei nova não escrita na pedra e sim nos corações. Doravante a Lei está nos corações dos homens e deixa de ser uma imposição desde afora. Entre os discípulos reunidos nesse dia no cenáculo nasce o verdadeiro e definitivo Israel, destinado a envolver todos os povos da terra. O Espírito já não é reservado aos profetas que aparecem de vez em quando. Agora todos são profetas e recebem a palavra de Deus nos seus corações. Assim o explica Pedro aos cidadãos que se espantam: “Aconteceu o que predisse o profeta Joel: Derramarei meu espírito sobre toda criatura. Vossos filhos e vossas filhas profetizarão.” (At 2,16-17). Agora no povo todos e todas são profetas. Todos e todas são conduzidos pelo Espírito que é a força de Deus.

Como conseqüência desse lançamento aparece uma nova comunidade, primeiro em Jerusalém, e, depois, em outras cidades. Tudo é comum entre eles. Reina a fraternidade que é o sinal do povo de Deus. Já não há sacerdotes, doutores, poderosos, nem distinção alguma: todos são irmãos e todos participam. Naturalmente bem sabemos que isso foi o lançamento. Depois, reapareceram os mesmos vícios de antes. Mas o movimento tinha sido lançado e o Espírito nunca mais o abandonou. Sempre esteve ativo no meio do povo, mesmo quando reapareciam os defeitos que tinham existido no antigo Israel. A história seguinte vai ser uma luta constante entre uma falsa prudência humana e o impulso do Espírito. Nunca mais se voltará totalmente ao sistema da casta sacerdotal, da casta dos doutores da Lei, ou do domínio das famílias poderosas. Mas muitas vezes a Igreja ficou bem perto desses desvios. No entanto, o povo de Deus nasceu para crescer.

Faltava ainda a integração efetiva dos pagãos, que eram tratados como impuros pelos israelitas. Faltavam os primeiros sinais da supressão definitiva das barreiras entre os dois povos, o “santo” e o “pecador”. S. Lucas mostra esse passo em duas fases em que intervieram dois grandes apóstolos, Pedro e Paulo. De certo modo o livro dos Atos dos Apóstolos é uma apresentação dessas duas fases do grande passo pelo qual o povo de Deus vai adquirindo a sua verdadeira dimensão.

Primeiro teve que agir Pedro. O Espírito obrigou-o a abrir as portas aos pagãos no caso do centurião Cornélio (At 10-11). Vendo que o Espírito descia sobre a família de Cornélio que era pagã, exatamente como descera sobre os discípulos em Jerusalém, Pedro compreendeu que as barreiras estavam destruídas: “Poderá alguém recusar a água do batismo a esses, que receberam o Espírito Santo da mesma forma como nós?” (At 10,47; comp. 10,19.44.45; 11,12.15.16). Pedro convenceu a comunidade de Jerusalém e todos aceitaram o que para eles outrora teria sido uma blasfêmia. “Eis que Deus concedeu também às demais nações a conversão que leva para a vida!” (At 11,18).

A segunda fase foi presidida por Paulo. O Espírito tomou posse dele em vista dessa missão (At 9,17). Paulo foi o instrumento do Espírito para suscitar comunidades inteiras no meio dos pagãos, criando assim, ao lado da comunidade de Jerusalém e das outras comunidades de judeus, novas comunidades cujos membros eram todos alheios ao Israel histórico. Paulo foi chamado pelo Espírito para fazer com que o povo de Deus composto de judeus aceitasse essa entrada dos pagãos. Uma vez dado esse passo em poucos anos o povo de Deus foi feito por uma grande maioria de expagãos. Como o Império romano era feito de uns sessenta povos diferentes, em pouco tempo o povo de Deus adquiriu uma fisionomia bastante universal.

S.Lucas destaca o momento decisivo na carreira de Paulo. Foi o encontro de Jerusalém, em que os representantes das primeiras comunidades feitas de judeus reconheceram que a missão de Paulo era acertada e que Jesus e o Espírito queriam mesmo suprimir todas as barreiras (At 15,28). Por sinal, s.Lucas mostra como o Espírito conduziu Paulo a cada momento. Os passos dados para chamar os pagãos ao povo de Deus foram dados em virtude da autoridade do Espírito que forçou o seu apóstolo a seguir o itinerário marcado por ele..

O objeto do livro dos Atos dos apóstolos é o lançamento ou a fundação do povo de Deus. A continuação desta história durante 2000 anos não está escrita na terra. Esta escrita nos céus no livro da Vida em que estão escritas as obras de todos os cristãos e todos os homens e mulheres de boa vontade que lutaram para que o povo de Deus crescesse e se estendesse ao mundo inteiro.

As experiências paulinas do povo de Deus

É digno de se notar que o Novo Testamento nos deixou poucas informações sobre as primeiras comunidades e as primeiras experiências do povo de Deus entre os judeus convertidos. Pelo contrário, deu-nos a conhecer amplamente as comunidades criadas por Paulo em terra pagã.

S.Paulo percebeu bem depressa que até as Igrejas mais novas dos países pagãos sofreriam a tentação de refazer uma nova Lei e de levantar novas barreiras entre eles os convertidos e os outros não convertidos. Queriam mais segurança para a sua defesa contra o paganismo. Os seres humanos temem a liberdade mais do que tudo. Precisam de normas, regras, sinais, distinções e divisões, ritos e proibições; precisam de classificações. A liberdade deixa-os numa sensação de vazio que espanta. Ficam aterrorizados pela idéia de que poderiam ter que se encontrar com qualquer tipo de gente, qualquer tipo de conduta ou modo de agir. Ficam aterrorizados pela possibilidade do desconhecido. Querem poder prever de antemão tudo o que pode acontecer. Foi assim que os Gálatas restabeleceram bem depressa ritos, observâncias e preceitos: desse modo eles podiam incluir e excluir, estabelecer critérios fixos de comportamento. Conhecemos isso. A história cristã está cheia disso e os debates dos nossos dias são novas modalidades desse mesmo problema de fundo. Lembremos os problemas de títulos eclesiásticos, de hábitos dos clérigos ou dos religiosos, de ritos litúrgicos fixados até nos mínimos detalhes, todas essas coisas que permitem distinguir entre os observantes, que são os bons, e os não-observantes, que são os maus. Davam um sentido religioso a centenas de observâncias que serviam para dar segurança aos observantes e acentuar a separação entre os eleitos e os outros.

S.Paulo lutou contra essa falta de obediência ao Espírito: "Sois tão insensatos assim? Começastes pelo Espírito e agora quereis chegar ao fim pela carne?" (Gal 3,3). Ele insiste: é preciso escolher: ou Jesus e o Espírito, ou todas essas regras e normas. Pois s.Paulo está consciente do perigo: todas essas regras de falsa prudência servem para fechar portas e excluir inúmeras pessoas do povo de Deus.

Hoje em dia como sempre, há cristãos que acham que o grande problema da Igreja consiste em definir sua identidade, determinar mais normas, sinais, fórmulas para que se possa imediatamente saber a distinção entre um cristão e um não-cristão. Ao mesmo tempo esses cristãos ficam preocupados pela falta de conversões, falta de recrutamento, pela desistência de cristãos e até de sacerdotes, religiosos,

religiosas, pela falta de vocações. Nem percebem a contradição. O problema para s. Paulo e as primeiras comunidades cristãs não era o recrutamento, as conversões, as vocações. Pelo contrário, estavam admirados diante da abundância dos frutos do seu testemunho.

O problema é que as Igrejas sempre levantam novas barreiras que expulsam, excluem todos os membros que não se conformam com as regras e normas de prudência humana inspiradas pela vontade de segurança. O problema não é que o mundo não se interessa pela mensagem de Jesus. O problema é que a Igreja fecha as portas para muitos que se interessam pelo povo de Deus, e não se interessam pelas normas, regras, ritos e obrigações.

A segunda experiência de s. Paulo lhe foi inspirada pela comunidade de Corinto. Aí Paulo viu como uma comunidade nasce de baixo para cima pela força de Espírito. Ela nasce mais forte quando o Apóstolo que a funda, se contenta com anunciar o evangelho, sem pretender organizar, impor normas, introduzir toda um regulamento. A Igreja de Corinto organizou-se a si própria pela abundância dos carismas, ou seja, de dons que o Espírito suscitou nela (1 Cor 12-14). Esta liberdade trouxe brigas e problemas, mas Paulo achou melhor agüentar tudo isso do que impor um sistema de regras que excluem.

Não definiu ministérios oficializados porque essas definições destroem a fraternidade. Hoje em dia, essa burocratização dos ministérios é o maior drama da Igreja católica, um fenômeno que afasta centenas de milhões de católicos no mundo. Não se trata de uma obra de expansão ou de conquista. Em cada região do mundo, o povo de Deus deve nascer pela oferta dirigida aos mais pobres e humildes: o Espírito suscita neles tudo o que é necessário: “não vos falta nenhum dom”(1 Cor 1,7). reconhece o Apóstolo.

Essas comunidades não são grupos isolados, fechados em si mesmos. A regra era que houvesse uma igreja em cada cidade. Nessa igreja há muitos grupos que comunicam entre si de tal modo que formam uma só comunidade. Isto quer dizer que todos os grupos sabem que representam a sua cidade, são as primícias da cidade e a sua ambição é a animação da cidade toda, já que esta é chamada a achar o seu lugar no povo de Deus. Entendemos que, na idéia de Paulo, o povo de Deus seria como uma confederação de cidades livres, espalhadas pelo mundo inteiro, cada uma sendo uma parte do povo, cada uma autônoma e mantendo laços de amizade e intercâmbio, inclusive de ajuda mútua com as outras, sem que houvesse de dominação de uma sobre outra.

S. Paulo nunca separa os dois pólos da ação do Espírito: a formação de inúmeras pequenas comunidades e a unificação de todas num só povo. Cada comunidade é animada pelo Espírito na medida em que está em comunhão com a totalidade do povo. Por si só, ela não seria nada mais do que um grupo cultural. Assim é que se constitui “um só corpo...num só Espírito”(Ef 2,16-18). Há um só edifício um “templo santo no Senhor”, uma só “morada de Deus no Espírito”(Ef 2,22; comp. Ef 4,4).

O povo de Deus e os povos do mundo

O povo de Deus provoca em nós muitas perguntas que ainda não podiam estar conscientes nos primeiros tempos. Entre elas, há esta que é básica: qual é a relação entre esse povo de Deus e o povo brasileiro ou outros países do mundo ?

Embora o problema não estivesse muito claro nos tempos do Novo Testamento, há contudo desde as origens alguns sinais que nos permitem ver que há, a esse respeito, duas opiniões e duas tendências entre os cristãos. Podemos dizer que há uma tendência otimista, a de Lucas e de Paulo, e uma tendência pessimista, a de João. Ambas as tendências estiveram sempre presentes desde então, embora em proporções diversas, de acordo com as circunstâncias sociais e políticas.

Tanto o livro dos Atos como as epístolas paulinas denotam bastante otimismo quanto à marcha do povo de Deus. S. Paulo não dá a impressão de prever conflitos graves com o Império. A idéia de uma conversão geral, até dos funcionários do Império, não lhe seria alheia. Provavelmente uma falta de perspectiva impediu que pudesse entender que a paz e a tranquilidade da Igreja nos primeiros tempos se devem à indiferença do Império que ainda não se deu conta da importância do fenômeno cristão : as comunidades cristãs ainda eram tão insignificantes numericamente que o sistema de vigilância do Império ainda não tinha descoberto a sua existência.

Por Rom 13,1-7, pode-se ver que S. Paulo tem uma visão otimista do Império romano. Confia na sua neutralidade e até na possibilidade de que se preste à expansão do povo de Deus. Assim pensaram também os apologistas do segundo século; nunca faltaram esses otimistas que prepararam a confiança com que muitos bispos e cristãos acolheram a mudança de política de Constantino. Desde então, de acordo com as circunstâncias, sempre houve tendências para crer que, sob a cobertura da autoridade política, da cultura estabelecida, da sociedade instalada, o povo de Deus iria crescendo. Estavam dispostos a reconhecer na situação estabelecida depois de Constantino uma encarnação do povo de Deus, ou a achar que essa encarnação era provável.

Nessas condições, há uma aproximação grande entre o povo de Deus e as estruturas sociais em que vivem os seres humanos num momento determinado. Nos tempos da cristandade abertos por Constantino, muitos acharam que o povo de Deus era essa cristandade: já não havia diferença entre os povos reunidos na cristandade e o povo de Deus. Havia-se chegado ao sonho de S. Paulo. Dentro da cristandade os povos do mundo estavam reunidos sob a direção do Espírito.

Infelizmente a cristandade explodiu no desastre da Reforma que mostrou a ilusão dessa cristandade. Vieram as monarquias católicas que foram como reformulações da cristandade sob a autoridade dos reis. Caíram as monarquias católicas e as revoluções geraram um anticlericalismo muito forte. O sonho da cristandade seria pura ilusão ? Apesar de tudo, o sonho da cristandade não desaparece. Muitos cristãos não podem conformar-se com a ausência de realizações concretas de uma sociedade cristã.. Esta sociedade seria uma nova fraternidade entre os povos sem dominação imperial, numa verdadeira fraternidade social, política e econômica, acima das lutas de classes, de raças ou de nações.

Depois da queda das monarquias, vieram tentativas de realização de uma igualdade entre povos livres e unidos, que foram formas .secularizadas da cristandade. O que a Igreja não foi capaz de realizar, seria a obra da burguesia liberal :mas esta logo caiu no Império francês de Napoleão. Houve a internacional socialista. Mas esta caiu no Império russo. Apesar de todas essas tentativas, muitos acham que não podemos desistir e devemos buscar a maneira de formar uma nova sociedade mundial, uma verdadeira democracia mundial, O povo de Deus deveria ser o motor dessa nova humanidade.

Dentro dessa perspectiva, as denominações cristãs que, depois do grande cisma do Ocidente levaram a Igreja para as sacristias e para uma vida puramente interior, representam uma caricatura do povo de Deus. Assim as denominações cristãs foram polarizadas pela luta entre elas e se esqueceram da missão principal da Igreja que consiste em anunciar o evangelho ao mundo inteiro. Os cristãos não realizam a seu vocação de povo de Deus somente em assembléias de oração. Devem entrar neste mundo e agir nele para ajudar o surgimento do povo de Deus no meio de todas as nações.

No final do primeiro século houve as primeiras perseguições oficiais do Império contra os cristãos. Foram as perseguições de Domiciano. O profeta João escreveu o seu Apocalipse onde se enuncia a teoria pessimista das relações entre a Igreja e os povos da terra..

João vê o povo de Deus em oposição total com um Império que domina todos os povos. O povo de Deus reproduz o destino dos profetas: sendo povo de profetas, terá que sofrer o fim dos profetas que é a perseguição e o martírio. Terá o destino do próprio Jesus que foi perseguido e crucificado. O Israel que mata os profetas e o próprio Jesus, é a imagem do mundo. Pois, o mundo está dominado por potências diabólicas que submeteram ao seu poder todas as raças, nações, tribos e povos. Os povos da terra estão sob a dominação de Satanás que age por meio das duas Bestas e de Babilônia.

Contudo, João limita um pouco o seu pessimismo ao anunciar que pela pregação dos profetas uma parte das nações do mundo poderá converter-se e passar para o lado de Cristo, formando assim uma nova universalidade dos povos frente à outra que é dominada pelo Mal absoluto.

Em todo caso para João haverá sempre uma oposição irreduzível: o mundo está dividido em duas frentes opostas e irreconciliáveis e a perseguição é o horizonte permanente do povo de Deus.

Nos séculos ulteriores houve períodos de perseguição e períodos em que a perspectiva de perseguição parecia desaparecer. Portanto, a história do povo de Deus passa de uma consciência de separação para uma consciência de identificação com os povos da terra. Muitas vezes a consciência da Igreja ficou dividida, mas com a predominância de uma teoria sobre a outra..

Boa parte da experiência histórica parece confirmar a profecia de João. Assim foi e ainda é na Igreja católica depois da Revolução francesa. A consciência dominante é de que os povos sofrem a dominação de poderes que humilham e submetem a humanidade à sua própria grandeza. Os povos são obrigados por poderes militares, políticos, econômicos a edificar o poder de setores privilegiados tratados como símbolos de um Império. Os povos sofrem uma alienação .

Para a construção de um verdadeiro povo de Deus na humanidade o primeiro passo seria o reconhecimento dos direitos da pessoa humana, ainda que poucas vezes se consiga isso na história. Depois deste primeiro passo, viria uma verdadeira participação social, uma sociedade baseada na promoção dos seus membros, Finalmente chegaria a realização daquilo que proclamava s.Paulo : uma sociedade sem discriminação entre homens e mulheres, ricos e pobres, superiores e inferiores, cultos e incultos, gregos e bárbaros. O Espírito está agindo como um fermento para conseguir esse fim.. Não existe nenhum lugar do mundo em que se possa dizer que esse povo já existe, mas sempre se renovam tentativas para busca-lo. O Espírito não desanima.

A sabedoria do Espírito

Em todo caso, o caminho para se chegar ao fim desejado, ao verdadeiro povo de Deus, está claramente indicado no Novo Testamento. Trata-se do caminho de Jesus que se fez pobre e fraco até a morte de cruz, mas nunca descansou, nunca parou multiplicando as denúncias, os anúncios, as palavras verdadeiras e os sinais realmente significativos que conseguem atrair e convencer. Fez tudo isso fielmente até a morte de cruz. Caminho que s.Paulo chama de loucura e escândalo.

O povo de Deus não se constrói de cima para baixo, começando pelos grandes e pelos poderosos. Esta foi a tentação permanente da Igreja. Dizem: formemos as elites e as elites formarão as massas.. A experiência confirma o que Jesus ensinou : os poderosos querem mais poder e não se importam com o que acontece com as massas. As elites nunca formam as massas, mas fazem delas um instrumento para aumentar o seu poder, colocando os pobres ao seu serviço. As elites querem fazer do próprio Jesus um instrumento de dominação. Corrompem tudo e usam as palavras do evangelho para justificar a sua própria dominação e confundir os pobres.

O povo de Deus começa de baixo para cima. Começa pelos mais fracos e mais pobres, como esperança dos fracos. “O que é fraco para o mundo, Deus o escolheu para confundir os fortes; o que é vil e desprezível para o mundo, Deus o escolheu, como também aquilo que não é nada, para destruir aquilo que é.”(1 Cor 1,27-28). Esta é a sabedoria do Espírito, aquela que o Pai revelou aos simples e que os sábios não entendem.

Capítulo 2

O PENSAMENTO DE CRISTO

O povo de Deus tem uma só lei: Jesus Cristo. O seu destino consiste em prolongar a vida de Jesus nesta terra, fazendo dela a regra e a norma do mundo, encarnando essa vida na história toda.

À primeira vista, tal tarefa pode parecer muito simples. Pois, muito gente acha que não há muita dificuldade em conhecer a Jesus Cristo. Muitos, inclusive, não acharam nela muita coisa interessante como orientação para governar ou organizar o mundo. Mas acontece que não é tão fácil conhecer a Jesus Cristo no seu significado para os nossos tempos.

Muitos acham que conhecem Jesus porque conhecem o seu nome, ou se lembram de algumas palavras e de algumas ações narradas no evangelho. As ilusões são mais graves quando afetam os especialistas. Há sacerdotes que acham que conhecem Jesus porque falam dele o dia todo desde o seminário. Há religiosos que acham que o conhecem porque invocam o seu nome sem parar desde o noviciado. Há catequistas que acham que o conhecem porque o ensinam há anos. Mas a pergunta é: o que é que conhecem dele? O que conhecem dele, é realmente o que ele é?

Na realidade, o conhecimento de Jesus Cristo pode permanecer na superfície e não alcançar a realidade. A realidade de Jesus Cristo, o real alcance da sua vida e da sua morte, da sua vinda nesta terra, somente pode ser conhecida pela revelação do Espírito.

A revelação do Espírito não é evidentemente uma experiência sensível: não tem nada que ver com as emoções ou os sentimentos religiosos das pessoas devotas. Estas não ficam comovidas de modo algum por Jesus, mas simplesmente pelos seus próprios sentimentos. As pessoas projetam diante de si um Jesus imaginário que é o reflexo da sua própria personalidade e se extasiam com maior facilidade quanto mais se encontram a si próprias. Sentem-se felizes porque Jesus lhes diz exatamente o que elas queriam que dissesse. Nada estranho, já que elas próprias lhe atribuíram os seus próprios sentimentos.

Quanto ao clero e aos demais profissionais da religião, a preocupação excessiva pela sobrevivência da sua organização, por justificar tudo o que faz a Igreja e o que eles próprios fazem, faz com que a realidade da vida de Jesus Cristo fique muito confusa. Jesus é utilizado para justificar o que fazem a paróquia ou a diocese ou o próprio pároco. Às vezes acontece que a urgência pastoral faz com que tudo se atribua a Jesus sem sequer dar-se o trabalho de examinar seriamente se é bem assim. Os padres podem facilmente substituir o conhecimento real de Jesus por um conhecimento a partir de noções das suas próprias atividades pastorais.

O testemunho do Espírito

Conhecer Jesus Cristo é uma operação bem diferente do trabalho histórico. Bem sabemos que sobre a vida e a morte de Jesus não temos outros documentos que não sejam os evangelhos e o Novo Testamento em geral. Fontes judaicas ou

gregas são praticamente inexistentes. Se existissem documentos escritos por judeus ou romanos desse tempo, seriam inúteis. A imagem que dariam de Jesus seria desprovida de significado. Não ajudariam a compreender o que ele foi.

Pois, o que queremos conhecer é o significado das palavras e dos atos de Jesus para nós agora. A vida de Jesus nos episódios conservados no Novo Testamento tinha uma aplicação imediata para os seus contemporâneos, mas tem também uma mensagem para todas as gerações. Esse é o Jesus que o Espírito revela por intermédio dos escritos do Novo Testamento lidos no contexto atual. Por isso, o Espírito orientou os escritores para que apresentassem da vida de Jesus tudo o que é significativo para as gerações futuras. O Espírito orientou a redação dos textos bíblicos de tal modo que a sua leitura se tornasse um verdadeiro testemunho e uma orientação para a nossa vida. Devemos ler nos escritos a intenção com a qual foram escritos, isto é, a através da nossa situação atual. Pode ser que algumas palavras ou alguns atos não tenham valor histórico, mas eles têm valor de revelação. Dão a conhecer o que Jesus quis mostrar. Os autores do Novo Testamento não sabiam que haveria muitas leituras no porvir da Igreja, mas o Espírito os orientou de tal modo que narrassem justamente aquilo. Não precisamos estar conscientes da ação do Espírito. De fato não é um fenômeno consciente

Os evangelhos não são biografias: são testemunhos que apresentam ditos e fatos de Jesus com o seu significado permanente, isto é, renovado a cada geração. O Espírito quis que fossem escritos os testemunhos que Jesus deu de si próprio, mostrando o seu valor em cada geração. Nesse sentido a compreensão dos evangelhos muda em cada geração. Nunca se esgota o significado porque nunca para a história.

Por isso é que os evangelhos e demais livros do Novo Testamento são livros do Espírito Santo que é o seu principal autor. O Espírito não age como historiador infalível que poderia garantir a autenticidade histórica dos ditos e fatos. O Espírito revela aos leitores da Bíblia o significado que esses escritos têm para a vida deles. Nem os autores humanos podiam imaginar o alcance dos seus escritos para as gerações futuras. Eles escreviam sem saber o que significariam os seus escritos no século XXI. Eles pensavam nos seus contemporâneos e escreviam como se escrevia naquele tempo. Mas o Espírito estava presente e, por isso, o Novo Testamento ainda permanece tão vivo depois de 20 séculos. Ainda é o melhor instrumento pelo qual o Espírito nos dá a conhecer Jesus.

A primeira grande obra do Espírito foi escrever os evangelhos e demais livros do Novo Testamento que, aliás, são comentários do evangelho. Com isso, o Espírito colocou Jesus no lugar que lhe convém: lugar de chefe e juiz.

Pois, os evangelhos dirigem e julgam a Igreja. A Igreja não pode de modo algum julgar os evangelhos. Pelo contrário, os evangelhos são a regra à qual a Igreja deve referir-se constantemente. O povo de Deus e a Igreja sofrem todas as corrupções do mundo, as corrupções dos grandes, das ideologias e dos poderes do mundo. Os evangelhos permitem tomar consciência dos desvios e das traições que se cometem na Igreja, da contaminação por falsas idéias e falsos motivos. A presença dos evangelhos na Igreja constitui a presença de um juiz: a presença do livro dos evangelhos no meio da comunidade cristã é um sinal de vergonha para essa comunidade: o livro denuncia todos os seus pecados, suas traições, sua ignorância de Jesus.

É verdade que às vezes as comunidades procuram esconder a vergonha: tratam o livro com muita honra, beijam-no, oferecem-lhe incenso com a esperança de que o livro fique calado e não exprima o seu julgamento. Sempre, porém, o Espírito manda alguém para lembrar o que o livro denuncia e afirma.

O mesmo Espírito que inspirou a redação do livro, orienta a sua leitura. Os Santos Padres unanimemente reconheceram que somente o Espírito revela o sentido dos evangelhos. Uma leitura puramente indiferente não mostra o alcance real das palavras. Pois o sentido dos evangelhos não consiste naquela interpretação dos fatos e das palavras que teriam podido adquirir testemunhas indiferentes. Nesse sentido, é completamente diferente ler um livro de história e ler os evangelhos. Os evangelhos dizem uma mensagem para nós hoje em dia. Essa mensagem constitui o sentido chamado espiritual dos evangelhos.

Por conseguinte, depois de ter tido o trabalho de escrever o livro, o Espírito está dedicado à tarefa permanente de acompanhar a leitura de tal modo que os evangelhos sejam continuamente para o povo de Deus uma fonte de correção, conversão e retorno a Jesus Cristo.

A Primazia de Jesus Cristo

A missão do Espírito consiste em recordar sempre a primazia de Jesus Cristo. Não imaginemos que a preocupação por Jesus Cristo esteja sempre presente no povo de Deus. Sempre falam dele, mas nem sempre para lhe obedecer. Jesus serve como sinal de identidade: aceitam o nome de cristãos que é o nome de Jesus Cristo. Mas o nome transforma-se numa bandeira. A pessoa não é conhecida.

O grande mistério não é a incredulidade do mundo, mas a incredulidade dos próprios discípulos. Sempre vão atrás de outra coisa. Põem sua esperança em outra coisa que não o Cristo. Assim faziam os Gálatas.

Em lugar de Jesus Cristo, ou inclusive usando o nome de Jesus Cristo, colocam um sistema de observâncias religiosas, um sistema moral, uma disciplina às vezes um sistema social ou político que defendem como se fosse algo indispensável. Colocam os seus bens como os bens da Igreja, o seu prestígio como o prestígio da Igreja. Tudo aquilo bloqueia a ação e fornece a base de uma prudência. Ao mesmo tempo, as recomendações de Jesus aparecem como se fossem *imprudentes*. Em lugar de Jesus Cristo queremos garantias, segurança, a amizade dos poderosos, títulos de propriedade, às vezes títulos de nobreza ou acadêmicos, distinções sociais. Não há tanto tempo que os bispos e os cardeais exigiam ser tratados como príncipes e os sacerdotes como funcionários do governo. Onde fica Jesus em tudo isso? Um apêndice que se venera ou se adora com a condição de que não diga nada e deixe fazer.

Pois bem, o Espírito proclama a primazia de Jesus. O laço entre ambos, Jesus Cristo e o Espírito é tão forte que Paulo chega a dizer: “O Senhor é Espírito” (2 Cor 3,18). E o ministério apostólico que consiste em anunciar a exclusividade de Jesus Cristo sem mais nada, é chamado “ministério do Espírito” (2 Cor 3,8). “Eis que vos declaro: ninguém, falando sob a ação do Espírito de Deus, diz - *Maldito seja Jesus* e ninguém pode dizer *Jesus é Senhor* senão sob a ação do Espírito” (1 Cor, 12,3).

Com essas palavras, Paulo não se refere a meras expressões verbais. Dizer aqui “Jesus é Senhor” é dizê-lo com autenticidade e compromisso, tomá-lo como

senhor e dono. Ninguém pode fazer isso se não for pelo Espírito. Mas é verdade que, muitas vezes, achamos que dizemos isso, porque repetimos formulas que pertencem à nossa profissão de cristãos. Proclamar Jesus Cristo como Senhor é tão difícil que somente o Espírito é capaz de realizá-lo. De outro modo, pronunciamos uma formula convencional e depois seguimos outros senhores que estão mais perto e nos parecem mais seguros. É o senhor dinheiro, o senhor propriedade, o senhor boas relações, o senhor prestígio, o senhor amizade com autoridades, com a polícia, com os poderosos.

Ter a Jesus Cristo como único senhor somente é possível pela força do Espírito.

Por outro lado, a própria compreensão de Jesus não seria possível sem o Espírito. A compreensão do mundo que mostra Jesus, é de tal modo diferente da nossa que não poderíamos nem descobri-la, nem reconhecê-la se não fosse pelo Espírito Santo. O modo de ser de Jesus é uma inversão tão radical das nossas escalas de valores que é impossível que se torne jamais o modo de ser constante de uma instituição. Impossível que uma paróquia, uma diocese, uma congregação religiosa, um movimento cristão enxergue de maneira permanente as coisas assim como Jesus as enxerga. A real compreensão de Jesus é algo intermitente que o Espírito nos sugere e logra dar a entender em alguns momentos privilegiados da nossa vida.

Jesus sabia que não podia explicar-se aos discípulos durante a sua vida mortal. Para compreender certas coisas, é preciso passar por certas experiências. Depois de terem vivido certas experiências, cruciais na sua vida, os apóstolos começaram a compreender. As coisas de Jesus não se podem entender por meio de discursos ou raciocínios. O que se explica no discurso, fica na superfície. A realidade aparece na vida: o Espírito então vai revelando o que Jesus queria dizer. Quem não vive as suas palavras ou seus atos, não os pode compreender.

Por isso, Jesus o anunciou aos próprios discípulos no ultimo discurso: “O Espírito Santo, que o Pai vos há de enviar em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas e vos trará à memória tudo o que vos disse” (Jo 14,26). Neste caso ensinar ou recordar não significa ensinar fórmulas: trata-se de ligar as palavras de Jesus a experiências de vida. Nos casos vividos, o Espírito manifestará que aquilo mesmo é o que Jesus queria significar. O Espírito mostrará a atualização das palavras de Jesus em fatos presentes.

Por exemplo, Jesus anunciou a perseguição e a necessidade da cruz. Uma coisa é aprender essas coisas através de noções teóricas. Outra coisa é descobri-las na situação prática da perseguição, no momento da morte, da calúnia, das acusações diante dos tribunais ou da opinião pública. O Espírito intervém então para recordar as palavras de Jesus.

“O Espírito da verdade, que procede do Pai, ele dará testemunho de mim” (Jo 15,26). Trata-se justamente do contexto da perseguição. Será um tempo terrível porque os discípulos ficarão assaltados por dúvidas e terão a tentação de ceder e buscar uma fuga ou um acordo com os perseguidores; sofrerão a tentação da prudência humana e de inumeráveis conselhos de moderação. Então o Espírito dará testemunho de Jesus: isto quer dizer que o Espírito confirmará nos discípulos a decisão de aceitar a condição de Jesus. O Espírito dará força para crer no valor da verdade de Jesus e não crer nos argumentos dos prudentes.

“Muitas coisas tenho ainda a dizer-vos, que não sois capazes de compreender agora. Quando ele vier, o Espírito da verdade vos conduzirá à verdade completa. Pois não há de falar por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos

anunciará as coisas futuras. Ele me glorificará porque receberá do que é meu para vos anunciar” (Jo 16,12-14).

Aquilo que o Espírito manifestará assim é o destino do povo de Deus no meio do mundo. As forças do mundo impressionam e constituem uma tentação. Mas o Espírito dissipa o medo ou a fascinação do mundo.

Os discípulos não podiam entender em tão porque na tinham feito a experiência da perseguição das calúnias, das divisões, das tentações de prudência. Nessa experiência a luz do Espírito lhes fará descobrir o que Jesus queria dizer.

Os Segredos de Deus

O verdadeiro conhecimento de Jesus Cristo é uma sabedoria nova revelada pelo Espírito: a sabedoria da cruz, isto é, do alcance da cruz. Ela nos permite perceber até onde a cruz se estende na vida e até onde ela marca a ascensão do povo de Deus.

“Não uma sabedoria deste mundo, nem a dos grandes deste mundo, que serão destruídos. Falamos da sabedoria de Deus, misteriosa e oculta... Mas nenhum dos grandes deste mundo a conheceu. Pois, se a tivessem conhecido, não teriam crucificado o Senhor da glória... Pois a nós, Deus o revelou pelo Espírito; o Espírito, com efeito, perscruta tudo, até as profundezas de Deus. Pois qual dos homens conhece as coisas do homem senão o espírito do homem que nele está? Assim, também os pensamentos de Deus, ninguém os conheceu, senão o Espírito de Deus. Ora, nós não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que vem de Deus, a fim de conhecermos os dons que Deus nos fez” (1 Cor 2,7-12).

A sabedoria de Deus é a cruz (1 Cor 1,17-25). “Para os que se perdem a palavra da cruz é loucura; mas para os que se salvam, para nós, é poder de Deus” (1 Cor 1,18). “Os judeus, pois, reclamam sinais e os gregos buscam a sabedoria; nós, porem, anunciamos um Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os não judeus. Mas, para os eleitos, judeus ou gregos, Cristo é o poder de Deus e sabedoria de Deus. Pois a loucura de Deus é mais sábia que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte que os homens” (1 Cor 1,22-25).

A sabedoria da cruz é a eleição daquilo que é mais fraco, a ausência de poder, o confronto com o mundo unicamente pela força da fraqueza, isto é, como o veremos agora, pela força do testemunho, da profecia, do martírio e da palavra.

Tal é o conhecimento de Jesus que somente o Espírito Santo podia inculcar. Não há outro conhecimento comparável a este: nenhuma filosofia, nenhuma ciência fornece acesso a ele. Os evangelhos e a Bíblia em geral contam essa mensagem em forma de palavras. Mas se as palavras não fossem animadas pela vitalidade do Espírito, afastaríamos de nós todos os textos que insinuam a sabedoria da cruz para ficarmos apenas com os textos que nos agradam. Assim faziam os fariseus com a sua Bíblia: inconscientemente afastavam de si os textos que não concordavam com a sua prudência humana. Ninguém tem garantia de estar protegido contra tal tentação: o Espírito e a promessa da vinda do Espírito é a nossa única esperança

Capítulo 3

ELE DARÁ TESTEMUNHO

Acabamos de ver como o Espírito suscita o povo de Deus conformando-o com o modelo de Jesus. O povo é chamado a encarnar o modelo de Jesus no seu destino. O povo de Deus é a continuação do modo de ser de Jesus: a mesma sabedoria de Deus fez a vida de Jesus e faz a vida do seu povo.

Vejam agora os instrumentos do Espírito para realizar a missão que o Pai lhe entregou. Com que instrumento pode contar? Este instrumento é único e muito simples: em si mesmo ele já manifesta que pertence à sabedoria da cruz: é a palavra.

Com certeza, a palavra é o que distingue as pessoas humanas das outras criaturas. A palavra desempenha papéis insubstituíveis na convivência humana. Mas jamais se lhe atribui um papel tão importante, aparentemente, fora de proporção com a sua natureza: o papel de criar um povo. Aqui está a loucura de Deus. Como fazer um povo com palavras?

Ora, as mitologias antigas, as filosofias, a história, as ciências sociais modernas, todas mostram que o que gera povos, nações, impérios, sociedades, é a guerra. Somente a guerra, a violência inteligentemente usada. E a vitória das armas contra os fatores adversos está na raiz de todas as sociedades políticas conhecidas. Por isso mesmo, nas mitologias e nas religiões tradicionais, os deuses ou o Deus que preside à vida político-social é um Deus da guerra.

O prestígio da guerra e a convicção da sua necessidade para criar paz, ordem, civilização e desenvolvimento são tão fortes que a própria Igreja cristã cedeu inúmeras vezes. O Antigo Testamento mostra até que ponto, nas primeiras fases da revelação, os israelitas cederam aos preconceitos comuns: o seu Deus é deus dos exércitos. Ele é quem dá a vitória na guerra.

A idéia de que Deus é quem dá a vitória na guerra e, portanto, que Deus dirige a história através de guerras, é tradicional em toda uma corrente teológica, desde as origens até os nossos dias. No principal dicionário de teologia católica (o Dictionnaire de Théologie Catholique, publicado em Paris) ensina-se que Deus é quem dá a vitória. Diz-se por exemplo, que Deus deu a vitória aos Aliados em 1918, castigando assim a Alemanha. Se fosse assim, Deus estaria sempre ao lado dos vencedores e a força militar seria a sua característica principal. Os mais fortes militarmente saberiam que Deus está com eles, e os vencidos teriam de converter-se dos seus pecados. Pois a sua derrota seria o sinal de que desagradaram a Deus.

Daí os atributos militares tantas vezes dados a Cristo, representado como imperador e rei, e Nossa Senhora representada como *general* e às vezes com uma espada na cintura (como na Igreja das Mercês, em Quito), ou os Santos armados e revestidos de dignidades militares, como S. Jorge, Santiago, Santo Antonio e outros. Todas essas formas de culto são concessões feitas ao paganismo e traições à mensagem da cruz.

Nunca faltaram teólogos para corromper a leitura dos evangelhos e apresentar argumentos bíblicos para justificar a guerra em nome de Deus como meio de ação de Deus. Na Idade Média, durante séculos, citou-se para justificar o recurso da Igreja à violência contra os hereges o texto do evangelista Lucas: “disseram-lhe então: - *Senhor, eis aqui duas espadas*. Ele lhes respondeu “*E suficiente*” (Lc 22,38). Desse texto tiraram argumento para afirmar que o Papa tinha direito às duas

espadas, isto é, aos dois poderes, o poder espiritual e o poder temporal. Somente não exerce o poder temporal por si mesmo, mas entrega-o a leigos. Assim o Papa pode mandar matar: só que não mata por si mesmo. Dessa forma se justificaram as guerras de cruzada contra os hereges e os homicídios da Inquisição!

Contra todas as formas de sacralização da guerra e da violência política, o Novo Testamento afirma claramente que a única arma de Jesus e do seu povo é a palavra. Vamos aos textos. Pois o Espírito age pela palavra. Se Jesus é rei, ele não o é à maneira deste mundo: não tem tropas, nem armas. O título de rei aplica-se à sua pessoa num sentido metafórico. Por outro lado, o título bíblico de profeta lhe convém perfeitamente. O Espírito nunca está vinculado à violência. O Espírito está sempre relacionado à palavra.

Jesus e a Força da Palavra

Jesus não tem outra arma a não ser a arma dos profetas. Pode aplicar-se a si mesmo que dizia Isaías: “Ele fez da minha boca uma espada afiada” (Is 49,2). E Deus disse a Isaías: “Vai falar a esse povo!” (Is 6,9). Deus tinha dito a Jeremias: “Eis que ponho as minhas palavras na tua boca” (Jr 1,6). Isso vale para Jesus com muito mais razão.

Já vimos que o batismo de Jesus teve valor de investidura profética. Ora, a palavra dos profetas tinha dois objetivos: denunciar o mal do povo lembrando-lhe as origens e a vocação e anunciar uma nova aliança, uma renovação da vocação no futuro. No caso de Jesus, a missão profética recebe um novo objetivo que ficará mais claro ainda no tempo dos apóstolos. Por isso Jesus escolhe para se apresentar o texto de Is 61,1-2: “O Espírito do Senhor está sobre mim... para levar a boa-nova aos pobres”.

O Espírito fez os profetas e deu-lhes as palavras de Deus. No caso de Jesus, o Espírito põe em sua boca as palavras que não somente denunciam ou anunciam de longe; são palavras que mostram a presença, anunciam a realização das promessas; são palavras de boa nova, de evangelho. O Espírito faz o evangelizador.

O Evangelho de João é o que desenvolve o tema do Espírito evangelizador que reveste Jesus e faz dele o evangelizador total e definitivo, o evangelizador permanente. O quarto evangelho mostra a presença da palavra que envolve a pessoa de Jesus.

Para João, a palavra é de tal modo uma dimensão de Jesus que se torna o nome d’Ele. Jesus é chamado “a palavra”. Ele é o enviado do Pai com a missão de pronunciar a palavra. O seu papel no mundo não é outra coisa a não ser o papel da palavra: pronunciar a palavra do Pai.

Na teologia de João a palavra envolve mais do que a vida terrestre de Jesus. Ser palavra do Pai é o papel permanente de Jesus, não somente no decorrer de sua missão terrestre, mas também e, sobretudo depois desta, no confronto total com o mundo que se estende durante toda a história e culmina no juízo final. Jesus é aquele que monta o cavalo branco, aquele cujo nome é “palavra de Deus”. “Da sua boca sai uma espada de dois gumes, para com ela ferir as nações” (Ap 19,11-16). A sua única arma é a palavra.

A palavra de Jesus é forte porque convence : cria discípulos que prolongam a sua obra também com a única arma da palavra.

O povo de Deus transforma-se no agente executivo e portador dessa palavra. Há, porém, uma relação entre as palavras de Jesus na terra, e essa palavra que governa o mundo e leva até o triunfo final o povo de Deus. A palavra que Jesus pronuncia na terra já contém a semente da palavra que julga o mundo. A palavra do evangelho contém a promessa de vitória e vida. A sua fraqueza presente, que a expõe a todas as perseguições, não deve nem enganar, nem desanimar: as palavras de Jesus têm força.

O Espírito é quem faz de Jesus um profeta armado com a armadura da palavra de Deus. Os exegetas mostraram que todos os símbolos evocados por João na descrição do batismo de Jesus e na atuação de João Batista se referem aos textos de vocação e investidura dos profetas no Antigo Testamento. O Batista deu o testemunho: “Aquele sobre quem vires descer e pousar o Espírito, esse é quem deve batizar com o Espírito Santo”. Assim João Batista explica o que lhe explicou a voz que lhe ordenara batizar na água.

No dia dos Tabernáculos, é grande festa no templo e Jerusalém, Jesus estava no templo com os seus discípulos. E anunciou-lhes o dia em que lhes enviaria o Espírito: o Espírito faria das suas palavras torrente de água viva. Jesus diz de si mesmo: “Correrão do seu seio rios de água viva”. “Disse isto, referindo-se ao Espírito que haviam de receber os que acreditassem nele” (Jo 7,38-39). Esses rios de água viva são as palavras de Jesus com toda a força do Espírito, palavras que trazem vida.

No diálogo com Nicodemos, Jesus proclama a necessidade de nascer de novo: a conversão exigida é tão radical que equivale a um novo nascimento, sobretudo para um homem como esse doutor, habituado por toda a sua formação a confiar na sua própria sabedoria: a mudança de mentalidade há de ser completa. “Se alguém não nascer da água e do Espírito, não poderá entrar no reino de Deus. O que nasce da carne, é carne; o que nasce do Espírito é espírito” (Jo 3,5-6). Ora, o nascimento novo do Espírito se faz pela palavra: quem recebe as palavras de Jesus nasce de novo. A vida nova consiste em viver as palavras.

À mulher Samaritana Jesus promete uma água viva: essa água são as palavras que procedem dele (4,10). Essas palavras vão revestidas com a força do Espírito. Pouco depois, Jesus anuncia-lhe o novo culto, não em Jerusalém, mas em espírito e verdade: esse culto é a própria palavra de Jesus. O culto que agrada a Deus é a escuta da palavra que Ele enviou e que atua pelo Espírito. A acolhida ao Espírito que se comunica pela palavra, esse é o culto verdadeiro que conduz à vida (Jo 4,23s).

Jesus condensa essa mensagem em duas fórmulas breves: “O Espírito é que vivifica; a carne de nada serve. As palavras que eu vos tenho dito são espírito e vida” (Jo 6,63). “Aquele que Deus enviou fala as palavras de Deus que lhe dá o Espírito sem medida” (Jo 3,34).

Nos últimos tempos da sua vida terrestre, houve vários sinais desse dom do Espírito vinculado às palavras, dom que procederia de Jesus. Os Santos Padres viram alusões ao Espírito em dois sinais no momento da morte. “Jesus exclamou: *Tudo está consumado!* E, inclinando a cabeça entregou o espírito” (Jo 19,30). Não seria alusão ao “Espírito” que Jesus havia de entregar às pessoas humanas?

Depois disso, “um soldado lhe transpassou o lado com a lança e no mesmo instante saiu sangue e água” (19,34). Muitos vêem aí uma alusão ao Espírito.

Após a ressurreição, Jesus apareceu aos discípulos e disse-lhes: “A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, assim eu vos envio”. Após estas palavras,

soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20,21-22). O envio de Jesus foi para pronunciar as palavras; o envio dos apóstolos não terá outro objetivo. O Espírito é dado para pronunciar as palavras de Deus, as palavras do evangelho, e estas palavras contêm a vida; pois elas são remissão dos pecados, têm o poder de libertar as criaturas humanas dos seus pecados.

Antes da ressurreição, Jesus era portador das palavras de Deus e era conduzido pelo Espírito. Diferente dos profetas, seus antecessores, Jesus tinha consigo o Espírito, de tal modo que seus atos já mostravam o poder do Espírito.

Contudo, após a ressurreição, houve uma transformação: Jesus tomou a iniciativa. Realizou-se então o que anunciara no dia dos Tabernáculos: ele próprio enviou o Espírito. Pois ele se identificou então na sua totalidade com a plenitude da palavra do Pai. Jesus assumiu o Espírito em plenitude.

Paulo expressa essa transformação ao apresentar o Cristo ressuscitado como diferente do Cristo terrestre: esse era o Cristo segundo a carne; aquele, o Cristo segundo Espírito (Rm 1,3-4). Não se deve exagerar a oposição; pois os evangelhos mostram que, já antes, Jesus agia com o Espírito, ainda que não com a mesma plenitude.

Em todo caso, Jesus aparece na linha dos profetas. O seu messianismo e a sua dignidade de rei entram na história sob a forma do profetismo: o instrumento pelo qual forma o seu reino é a sua palavra, aquela palavras de Deus à qual está ligada a própria força de Deus, o seu Espírito.

O próprio Jesus salientou a total liberdade do Espírito que sopra onde quer. Nada limita o seu poder. Pode estar presente e agir em qualquer lugar e não depende de ninguém. Tal liberdade, porém, não impede que o Espírito use instrumentos humanos. Na realidade, Jesus reuniu os apóstolos e o Espírito revestiu-os de uma missão.

A missão dos Apóstolos é a continuação da missão de Jesus no sentido de que ela também pertence à ordem do profetismo. O serviço ou ministério dos Apóstolos é também ministério da palavra. Vejamos esse ministério.

O Ministério do Evangelho

Com razão toda a tradição cristã salienta a missão apostólica de Paulo: ninguém representa melhor o papel do evangelista. Por isso mesmo, ninguém melhor do que Paulo podia expressar o que é a realidade da evangelização e do evangelizador.

A missão do apóstolo é evangelizar, pronunciar o evangelho, a boa-nova: “a missão que Deus me confiou junto de vós: dar pleno cumprimento à palavra de Deus” (Cl 1,25). O serviço da palavra; eis a sua vocação! O anúncio do evangelho, “a propagação do evangelho” (Fp 1,5), “a consolidação do evangelho” (Fp 1,7), essas são as tarefas dos apóstolos.

Qual é o evangelho? O mistério de Deus, isto é, a vocação de todos os homens. Este é “o mistério que não foi manifestado aos homens das gerações passadas, como acaba de ser revelado pelo Espírito aos seus santos apóstolos e profetas: as nações são admitidas à mesma herança, membros do mesmo corpo, beneficiários da mesma promessa em Cristo Jesus, pelo evangelho. E desse evangelho fui feito ministro, por dom da graça de Deus eu me foi conferida pela força do seu poder...” (Ef 3,5-7).

O ministério do evangelho fica na linha do ministério profético: por isso Paulo assimila a sua própria vocação a uma vocação profética (Gl 1,15-16). Em ambos casos, trata-se de um ministério da palavra. Há porém uma diferença: o profeta anunciava promessas, o apóstolo anuncia uma realidade que se tornou presente.

Há também outra diferença mais profunda. Os profetas do Antigo Testamento tinham a promessa de uma aliança nova e de uma lei nova, mas ainda estavam ligados à lei antiga de Moisés. O evangelho, porém, não está ligado a lei nenhuma. O evangelho é do Espírito e inaugura outro tipo de relacionamento com Deus, outra aliança entre Deus e as criaturas humanas, outro tipo de religião, de moral, de culto, de povo e de civilização. O Espírito renova tudo.

Convém insistirmos na consideração do ministério *espiritual* da palavra. A palavra do Espírito não é semelhante às palavras anteriores. Paulo distingue claramente, chegando até a opor as duas realidades.

A missão do evangelizador é completamente diferente da missão do doutor da lei na sinagoga. O doutor da lei toma um texto, o texto do Antigo Testamento e explica o texto com a finalidade de inculcá-lo na memória e na mente dos ouvintes. Faz o que, infelizmente, ainda fazem muitos catequistas e pregadores. O doutor da lei ensina uma doutrina: ensina o texto como uma história que é preciso aprender, e dogmas de fé que é preciso aceitar. Além disso, o doutor da lei ensina preceitos e mandamentos, ensina o que o judeu é obrigado a fazer. Finalmente, ensina e explica os ritos seja no templo, seja na sinagoga. Em resumo, o doutor da lei procura submeter os alunos a um sistema religioso completo; procura obrigá-los a aceitar verdades teóricas, preceitos práticos e cerimônias para participarem juntos da mesma mentalidade nos mesmos gestos. O doutor da lei transmite assim às novas gerações a herança cultural e religiosa das gerações anteriores. Está persuadido de que esse sistema é necessário para manter a unidade e a continuidade do povo. Inclusive está convencido de que, ao fazer assim, agrada a Deus e faz plenamente a vontade de Deus. O próprio Moisés, afinal de contas, não fez outra coisa: ele também foi ministro a lei e ensinou aos israelitas uma coleção de dogmas, mandamentos e ritos litúrgicos, um sistema completo chamado “a lei”.

Tudo aquilo, para Paulo, é o ministério da letra. Moisés foi um ministro da letra (2 Cor 3,6-11). A letra quer dizer uma palavra morta, sem vida, sem força. Por isso, Paulo o chama de “ministério da morte” (2 Cor 3,7). Pois esse ministério não procede do Espírito, nem leva à vida.

Sem dúvida, Paulo não nega todo o valor a esse ministério do Antigo Testamento. Foi uma preparação, uma pedagogia. Assim também as metodologias quase rabínicas ou sinagogais usadas nas igrejas cristãs tem o seu valor. Podem constituir uma preparação, desde que a preparação desemboque, finalmente, na plenitude do evangelho do Espírito. Pois a experiência mostra e continua mostrando que a letra é ambígua: assim foram preparados os discípulos de Jesus, mas também os inimigos de Jesus. De todos os que estudaram com paciência durante anos a letra da Bíblia, um punhado seguiu finalmente Jesus, mas a imensa maioria achou na letra um obstáculo para deixar de segui-lo: acharam na sua religião de letra argumentos e motivações para rejeitar o evangelho de Jesus. Não foi somente naquele tempo: o mesmo fenômeno pode observar-se em todos os tempos.

O ministério da letra é uma imposição, uma forma de dominação das almas. Por isso, a letra se chama: a lei. Ainda que leis sejam inevitáveis neste mundo atual, e boas e úteis para manter a ordem, contudo a lei não dá vida. Não há lei nenhuma que possa dar esperança, fé, vitalidade, confiança em si, e muito menos um real conhecimento da verdade sobre Deus.

O ministério do Espírito manifestou-se no evangelho de Paulo, tanto nas palavras que pronunciou como no seu modo de falar, tanto no conteúdo central da mensagem como no contexto em que essa mensagem chega aos ouvintes. O evangelho de Paulo não propõe imposições, nem mandamentos, nem cerimônias: é um evangelho que abre as portas às pessoas marginalizadas, uma mensagem que anuncia aos que estavam fora e se sentiam rejeitados, que estão salvos. Não anuncia o que é preciso fazer para se salvar: anuncia que estão salvos, que Jesus resolveu tudo. O ministério da letra anunciava uma série de obrigações para que o israelita se salvasse. O ministério do Espírito anuncia que Jesus já o salvou: que pode entrar e alegrar-se e confiar. Trata-se de uma mensagem de confiança.

Como era de se esperar, tal mensagem não foi bem recebida pelas pessoas que faziam esforços imensos para salvar-se: estas se sentiram como os operários da parábola que trabalharam o dia inteiro para, no fim, ficar sabendo que os últimos que trabalharam apenas uma hora receberiam o mesmo salário. Contudo, esse é o evangelho. Entende-se porque o evangelho foi bem recebido pelos pecadores, pelos pagãos, pelos ignorantes, por todos os desprezados, e rejeitado pelos fiéis observantes da religião judaica.

Esse é o “ministério do Espírito” (2 Cor 3,8). O ministério da letra comenta o que está escrito nas tábuas de pedra de Moisés: uma palavra escrita na pedra. Mas o ministério do Espírito comenta e anuncia aquilo que o Espírito escreveu no coração dos discípulos (2Cor 3,3). A palavra do Espírito está escrita não com caracteres materiais na pedra: está escrita na transformação maravilhosa dos corações das comunidades nascidas pela evangelização.

Para um doutor da lei, semelhante ministério é pura loucura, escândalo, anarquia e desordem. Seria o caminho aberto para a libertinagem e o pecado. Por isso, tantas vezes as razões da prudência humana levam-nos a voltar a uma catequese e a uma pregação do tipo do ministério da letra. Em lugar de abrir caminhos para a esperança e a confiança, em lugar de anunciar um Pai de perdão e ressurreição, achamos mais prudente ensinar um Senhor severo e exigente e contar com o temor e o respeito às autoridades.

Apesar de todas as objeções, a experiência mostra que o ministério do Espírito é o único que procede de Jesus Cristo. Em nossos dias podemos experimentá-lo principalmente nas comunidades novas que nascem entre os pobres do campo e das periferias urbanas. A comunidade surge como resposta a um evangelho de libertação. Uma vez que se anuncia que não é necessário adotar o estilo das paróquias, passar pela humilhação imposta pelos paroquianos mais cultos ou mais ricos, freqüentar os lugares de culto tradicional, submeter-se passivamente à palavra catedrática do sacerdote. Uma vez que numa população abandonada ressoa o anúncio do Pai dos pobres, do Libertador dos humilhados, o apelo para formarem eles próprios a sua comunidade e terem seus responsáveis, o Espírito trabalha. O Espírito escreve nos corações. Os pecadores tornam-se santos, generosos, dedicados, sacrificados. Os covardes tornam-se valentes. Os desesperados e resignados da vida nascem para a esperança. Os desanimados começam a trabalhar. O evangelho é aquela palavra que desperta a vida, estimulando a confiança e a audácia.

A partir de tal experiência é que se pode compreender qual é a força do Espírito: é aquela força que se revela no evangelho para suscitar comunidades. Por isso mesmo é que Paulo se nega a “combater com as armas da carne” (2Cor 3,4). Não quer invocar nem argumentos de autoridade, nem usar o prestígio, a capacidade de pressão que tem para influir nas igrejas. Pretende apoiar-se unicamente naquela

força do Espírito que tem a palavra do evangelho, lembrar insistentemente o evangelho e citá-lo sempre como motor permanente da vida nova.

Tão convencido estava Paulo da força do evangelho! Tinha visto em todos os cantos esse poder do evangelho pela força do Espírito (Rm 15,13-19). “Minha palavra e pregação não consistiram em discursos persuasivos de sabedoria, mas em demonstração do Espírito e do poder divino, para que a vossa fé não se apoiasse na sabedoria das criaturas humanas, mas no poder de Deus” (1 Cor 2,4-5).

Na força do evangelho revela-se um alcance desconhecido e novo da palavra. A palavra é que faz a diferença entre o ser humano e os demais seres vivos: o ser humano é um ser vivo que fala. Pelas palavras o homem distingue as coisas e estabelece relações entre elas, e, desse modo,, edifica pouco a pouco uma ciência que chega a ser funcional e operativa servindo para agir, para usar as coisas de acordo com as suas finalidades definidas, elas também por palavras. Pelas palavras, a pessoa chega a criar ordem nas suas relações com os demais homens. As palavras sustentam as sociedades. As palavras são necessárias também para mudar as sociedades. Pelas palavras a pessoa pode influir nas outras pessoas, colaborar com elas para produzir efeitos novos. Mas nenhuma outra palavra receberá a força e o alcance do Evangelho.

O evangelho vai buscar a criatura humana no âmago do seu ser, onde se decide pela confiança na vida ou pelo ceticismo geral, pela busca de algo superior, ou pela resignação, pela busca de si mesmo ou pela busca de algo mais. O evangelho é a palavra que vai buscar a criatura humana no fundo do seu desânimo e da sua incredulidade, para lançá-lo na obra da construção do povo de Deus Não o faz apelando para a vingança, ou o desespero, ou a ilusão da sua própria força, ou a ilusão de um messianismo, mas somente apelando para a confiança na libertação desencadeada pela palavra de Jesus Cristo, confiança no ser humano restaurado pelo Espírito. O evangelho dirige-se em primeiro lugar aos que mais desconfiavam, aos que não contavam com nada, que se sentiam mais fracos: entre eles é que a sua força aparece com mais esplendor.

A Palavra multiplicada no Povo

No Antigo Testamento, a palavra do Espírito era reservada a algumas personalidades que apareciam de vez em quando, uma ou duas em cada século, em média. Com o advento de Jesus Cristo, de repente produz-se uma avalanche de Espírito. A palavra era muito limitada, mas eis que começa a multiplicar-se cada vez mais.

Entre todos os portadores da palavra do Espírito os apóstolos ocupam um lugar eminente. Bem depressa, uma categoria destacar-se-á na Igreja primitiva: alguns têm um dom extraordinário para evangelizadores. Não são somente os Doze escolhidos por Jesus. Há outros com eles, tais como Paulo e Barnabé e outros citados no Novo Testamento e certamente outros que não são citados. Esse é o dom supremo, de acordo com Paulo, o primeiro carisma. Todos os discípulos, todos os cristãos são evangelizadores: mas alguns têm um dom tão extraordinário que devem reservar toda a sua vida para esse ministério do Espírito. São os que, como Paulo, são fundadores de comunidades, semeadores de comunidades. São portadores de toda a força da palavra. Não são nem doutores, nem cultos, nem eloqüentes: têm o dom de transmitir exatamente o evangelho de Jesus Cristo.

Tais evangelizadores existem em todos os tempos. Há também dons semelhantes em nossos dias. Não são necessariamente sacerdotes, nem religiosos, nem necessariamente formados, diplomados que recebem esse dom; são pessoas simples, mas com uma força extraordinária.

Contudo, a grande novidade de Jesus Cristo é que o Espírito está percorrendo o mundo inteiro e que cada discípulo novo se torna virtualmente um profeta e um evangelizador. A vocação não é limitada por consideração nenhuma, já que não se requer nenhuma condição de raça, sexo, idade, cultura, formação: muitas vezes, os mais preparados são também os que têm mais vergonha e não se atrevem a pronunciar palavra nenhuma.

O livro dos Atos dos Apóstolos mostra no início do povo de Deus essa efusão do Espírito sobre *todos*. E acrescenta o discurso de Pedro que revela o alcance do acontecimento: nasceu um povo de profetas! Todos vão poder pronunciar as palavras do Espírito. Todos vão poder ser colaboradores do Espírito: “Sobre meus servidores e servidoras derramarei meu espírito e eles profetizarão” (At 2,18)

As epístolas paulinas mostram a realização concreta de Pentecostes. Entre todas as igrejas paulinas, a mais representativa é a de Corinto. Na Igreja de Corinto houve essa explosão de dons: todos recebem um dom; todos são portadores da força do Espírito; todos têm alguma palavra para pronunciar, alguns em discursos, outros em sinais, mas todos são realmente profetas.

“Vários são os dons espirituais, mas é o mesmo Espírito; vários são os ministérios, mas é o mesmo Senhor; várias são as obras, mas é o mesmo Deus que opera em todos. A cada um é dada a manifestação do Espírito em vista da utilidade. A um é dada pelo Espírito uma palavra de sabedoria; a outro uma palavra de ciência, segundo o mesmo Espírito; a outro a fé, no mesmo Espírito; a outro o dom de curar, neste único Espírito; a outro o poder de operar milagres; a outro a profecia; a outro a diversidade de línguas; a outro o discernimento dos espíritos; a outro o dom de interpretá-las. Mas tudo isso é o único e o mesmo Espírito que opera, que distribui em particular a cada um como quer” (1 Cor 12,4-11).

O mais notável é que todos receberam um dom. Infelizmente, nem sempre em todas as comunidades houve tantas manifestações. Nós temos, antes, a impressão de que tais comunidades são excepcionais. Contudo, potencialmente todas são chamadas. Os obstáculos procedem do temor, da prudência que fazem com que prefiramos comunidades mais sossegadas em que não acontece nada. Preferimos praticar os métodos dos doutores da lei e como eles ensinar dogmas, mandamentos e cerimônias em lugar de suscitar dons espirituais.

Parece que os Coríntios davam grande valor ao dom de línguas, que para eles devia parecer mais extraordinário. Esse dom ressuscitou em nossos dias no movimento pentecostal, depois de dezenove séculos de ausência. O que nos interessa, é que Paulo, embora tenha sido favorecido também ele com esse dom, não o colocava em primeiro lugar, mas em último lugar. Aos Coríntios mostra, pelo contrário, a superioridade do dom de profecia. E o mais interessante de tudo é o motivo que ele dá.

O dom da profecia é tomado aqui num sentido mais específico do que nas referências aos profetas do Antigo Testamento. Trata-se aqui de uma profecia dentro da comunidade, uma maneira de falar dentro da comunidade. As epístolas aos Coríntios não nos fornecem muitas explicações, mas, pelo que diz o apóstolo, trata-se de um dom que consiste em “edificar a comunidade”. Edificar quer dizer construir, formar, desenvolver. A profecia situa-se, portanto, na continuidade do dom de

evangelização: o evangelho cria e funda a comunidade; a profecia constrói sobre os fundamentos. É a mesma palavra, mas adaptada a novas circunstâncias.

As cartas do Apocalipse de João fornecem exemplos da atuação dos profetas. Os profetas lembram o evangelho em comum idades que se deixam contaminar pela falsa prudência : confiar nas doutrinas, nos ritos, nas estruturas, como aconteceu com os Gálatas.

Ao invés, o dom de línguas dá satisfação à pessoa que o recebe, mas não tem significado para a comunidade: não está, no mesmo grau, em continuidade com a evangelização. “O que profetiza fala aos homens: edifica, exorta, consola. O que fala em línguas, se edifica a si mesmo; quem profetiza, edifica a comunidade. Desejo que todos vós faleis em línguas, e ainda muito mais que profetizeis. Porque o que profetiza está acima do que fala línguas” (1 Cor 14,3-5).

A missão fundamental da palavra aqui também é a edificação do povo de Deus. O Espírito usa a palavra para construir esse povo. Estamos sempre na serie: Espírito - palavra - povo.

Nos últimos anos, a Igreja voltou a tomar consciência mais clara de que a sua missão essencial é obedecer ao Espírito que a leva a anunciar a palavra de Deus de tal modo que o povo de Deus possa surgir e crescer. Aquilo que nos parece tão evidente hoje em dia, contudo, exige uma real conversão nossa e de toda a Igreja. Conversão de outras tarefas para a tarefa primordial, de outros afazeres para o assunto fundamental da palavra de Deus que é preciso levar a todas as nações e a todas as criaturas humanas.

Capítulo 4

ONDE ESTÁ O ESPÍRITO AÍ ESTÁ A LIBERDADE.

O problema da liberdade está no centro do debate entre Jesus e as elites de Israel: igualmente entre Jesus e as elites de todos os povos de todos os tempos. Pois, como o livro do Apocalipse o mostrou, o que aconteceu em Jerusalém e culminou na cruz de Jesus, é a imagem do debate permanente da nossa humanidade.

Os judeus dizem a Jesus: “Somos posteridade de Abraão e jamais fomos escravos de ninguém. Como dizes: *seremos livres?*” (Jo 8,33). Mentira! A sua própria história é um testemunho eloqüente: foram escravos no Egito, foram escravos na Babilônia. Agora mesmo são escravos de Roma, e, dentro em pouco, vão confessar diante de Pilatos: “Não temos outro rei senão César!” (Jo 19,15). Não somente são escravos dos romanos: são escravos também da sua própria lei, são escravos do pecado e da carne, são escravos da morte. Mas não querem vê-lo!

Na realidade, a história do povo de Israel é como uma grande parábola do problema da liberdade, o destino trágico da liberdade nesta terra. O Espírito é enviado em função da liberdade. O Pai enviou-o com a força da palavra em vista da liberdade porque somente a liberdade faz um povo. Há uma sucessão indispensável que constitui o sentido da história aberta por Jesus: Espírito - palavra - liberdade - povo de Deus.

O Espírito supera as contradições e a tragédia do povo de Israel na sua procura da libertação. Desde então pode-se dizer que a história do mundo fica sob o sinal da procura da liberdade pelo Espírito, força de Deus. Trata-se dum movimento nunca acabado, sempre enigmático, e que é preciso procurar compreender de novo em cada época histórica. O problema da libertação é mais atual que nunca. Podemos dizer que é atual em virtude do Espírito que o mantém e impede que a liberdade desapareça como problema diante das realidades trágicas da história humana.

Houve revoltas de escravos aos milhares. Pode-se dizer que esta é a reação mais imediata da humanidade escravizada: a revolta. A revolta, porém, fracassa. A história de milhares de revoltas de escravos que houve na história sempre foi a mesma: os senhores dispõem da organização, das armas, da divisão dos escravos, lançam uns contra os outros os próprios escravos. Nos tempos de Jesus, a famosa revolta de Espártaco foi um sinal eloqüente. Pois a revolta não percebe até que ponto a dominação faz parte do tecido da humanidade: que todas as estruturas dos seres humanos estão corrompidas, até as estruturas dos próprios escravos, de tal modo que a dominação vence inevitavelmente. Pensar que se possa superar a escravidão apenas pela revolta essa é a grande ilusão! Quando vencem, os escravos estabelecem outro tipo de escravidão.

Somente é possível destruir ou superar a escravidão a partir de dentro, transformando o sistema por dentro de tal modo que o sistema abandone a escravidão por si mesmo: a revolta que não consegue cumplicidades entre os próprios dominadores está condenada ao fracasso. Porém uma vez que a revolta venceu, os antigos dominadores reconstituem outra dominação.

Jesus e os Apóstolos têm diante dos olhos a grande parábola da libertação do povo de Israel. Eis um povo que conseguiu libertar-se. Melhor dito: não o conseguiu pelos seus próprios esforços, o que seria contradizer a história. Conseguiu-o por um

milagre de Deus. Nem queria rebelar-se: foi Moisés o profeta de Deus que teve que convencê-lo. Ainda no deserto, livres já dos Egípcios, queriam voltar para a escravidão, preferindo a mais miserável das seguranças, a segurança dos escravos, aos riscos da liberdade e aos perigos da sobrevivência num ambiente hostil.

Ora, pouco tempo depois da libertação, Moisés deu ao povo uma lei: essa lei, como explica Paulo, não era de modo algum a liberdade. Mostrou pouco a pouco todas as suas implicações. A lei era uma nova forma de dominação. Na lei se integram as formas de dominação social e luta de classe, ainda que de modo mais atenuado do que nos povos pagãos. Levado pela lei, Israel reduziu à escravidão os outros povos que moravam na terra que ele conquistou. Por motivos de segurança, de sobrevivência no meio das outras sociedades, Israel pediu um rei e se submeteu ao seu rei, exatamente como faziam os outros povos.

Deus libertou o seu povo e o próprio povo se colocou sob outra dependência: voltou à escravidão. Manteve o orgulho de dizer que não era escravo, mas era tão escravo quanto antes. A história de Israel mostra como, até depois que Deus fez um milagre para libertar o seu povo, este volta espontaneamente para a escravidão, movido pelo desejo de sobreviver no meio das condições em que está a humanidade. A história contemporânea do Estado de Israel renova tudo o que aconteceu no Antigo Testamento.

Essa era a situação em que Jesus se achava. Fazer o que? Fazer como Espártaco e suscitar uma revolta dos escravos? Muitos faziam-no naquele tempo, em Israel: eram os sicários. Houve duas grandes revoltas globais que culminaram com a destruição total do povo de Israel e sua expulsão da terra de Palestina. Jesus sabia isso de antemão: toda a história o ensinava. A revolta era o suicídio, e Jesus não tinha vindo para levar os seus discípulos ao suicídio.

Então, fazer um milagre, renovar o milagre do mar Vermelho? Fazer um milagre para libertar de novo o povo de Israel, desta vez dos romanos? Isso seria recomeçar todo o Antigo Testamento. Mas já se sabia o fim da aventura. O fim do Êxodo era esta situação em que se achava o povo justamente naquele tempo. Recomeçar o Êxodo teria sido anular treze séculos para voltar ao ponto de partida. Não valia a pena recomeçar tudo para chegar finalmente ao mesmo ponto em que estavam. Já estavam aí. Para que refazer todo o círculo? Era preciso quebrar o círculo e inventar outra coisa.

A invenção foi a missão do Espírito com a palavra do evangelho: o Espírito com o apelo para a liberdade. O Espírito criaria a liberdade a partir de dentro. O Espírito mudaria o ser humano a partir de dentro para torná-lo capaz de superar a escravidão, de passar sem ela, de vencê-la radicalmente em si próprio de tal modo que não fosse necessário reconstituí-la na medida em que é superada. Se a experiência histórica mostra que os seres humanos reconstituem a escravidão na medida em que se libertam, movidos pelas razões de segurança e sobrevivência no meio dos perigos da vida, era preciso superar tal necessidade. A liberdade parte de pessoas livres que conseguem convencer que as armas da palavra são mais fortes. Temos no século XX exemplos ilustres: Gandhi, Nelson Mandela, Martin Luther King por exemplo.

A libertação dirigida pelo Espírito começa evidentemente por Jesus: em Jesus começa a história da liberdade. Nele é que a liberdade se encarna. Nele podemos encontrar a imagem do processo de libertação da humanidade. Dele deriva o povo em que se escreve a história da libertação, apesar do escândalo da cruz ou, melhor dito, justamente por causa do escândalo da cruz.

Em Jesus, a liberdade manifesta-se pela sua palavra profética frente a todas as barreiras. No seu profetismo, na sua palavra e nos seus atos começa o processo pelo qual a humanidade de novo ascende no caminho da liberdade. Esse profetismo, porém, supõe da parte de Jesus uma libertação da morte, do pecado e da lei. Era necessário que Jesus superasse o medo da morte, a confiança nos meios tradicionais da humanidade para defender-se, e a confiança no sistema judaico. Livre do sistema da sua nação, livre da necessidade de se apoiar nos recursos humanos, armas, riqueza, cultura, livre do perigo de morte, Jesus estava disponível para o Espírito. Podia criar em si próprio o verdadeiro povo de Deus, cujo primeiro ensaio fracassara com Moisés.

Liberdade da Morte

O ser humano mata para não morrer; eis a imagem das relações humanas. Se não mata, reduz à escravidão e domina. Tudo para evitar a morte. No entanto, um dia, a morte é inevitável. Cada um pretende adiar a morte o mais possível, porque nunca se aceita que seja inevitável, provoca todos os sistemas de dominação. O ser humano domina o próprio ser humano para se defender contra ele, para evitar que ele possa matar e para usar toda a sua substância vital com o desejo de viver mais, de garantir mais a vida. Assim, a morte gera a dominação. A morte gera o pecado e o pecado é dominação e homicídio, com todas as mentiras para ocultar o homicídio e a dominação.

Por conseguinte, o ponto central é a morte. Sem vencer a morte, impossível criar liberdade. Ora, Jesus venceu a morte. Ressuscitou e está vivo, vencedor da morte. Porque venceu a morte, também o pecado, a carne e toda forma de dominação. Ele é o primeiro a quem se aplica o que Paulo diz: “A lei do Espírito, que dá vida em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte” (Rm 8,2). O Espírito deu a vida eterna a Jesus. Por isso mesmo, porque confiou na força do Espírito, Jesus aceitou a morte, entrou na morte da cruz. E porque estava disposto a aceitar a morte da cruz, achava-se livre para falar e agir durante a sua vida. Foi livre como profeta, porque era livre diante da cruz, e era livre diante da cruz porque confiou no Espírito que dá vida ainda que a morte impere e manifeste todo o peso do seu império.

É verdade que outros também enfrentam a morte; pode ser por temor: como os soldados que sabem que podem ser mortos se não enfrentarem o inimigo. Pode ser por desespero: como forma de suicídio. Por ser por vingança. Pode ser pela ilusão de ser o mais forte e de vencer o adversário. Enfrentar a morte com as armas na mão é outra coisa. Jesus enfrenta a morte sem armas, renunciando a todo tipo de arma. Nisto está a sua liberdade. A liberdade está naquilo que chamam a *não-violência*, isto é, em enfrentar o mal sem armas, assumindo o risco da morte com o fim de que o adversário abandone a luta.

A morte de Jesus foi um sinal. Desde então a Igreja debate-se entre o apelo para a imitação de Jesus e o temor que assalta os cristãos, como os outros, entre a fidelidade a Jesus e a prudência, a necessidade de segurança, a vontade de sobreviver. E o povo de Deus nasce entre os que se atrevem a entrar no caminho de Jesus, nem que seja por um pouco. Vão iniciando caminhos de liberdade.

Liberdade do Pecado e da Carne

Ao dar a vida, o Espírito liberta da morte. Ao mesmo tempo, o Espírito liberta do pecado e da carne. O que é a carne? No sentido paulino, a carne não é o corpo. A carne é a condição humana, a totalidade dos poderes humanos tradicionais, tudo aquilo que a criatura humana possui como recurso e como força que não venha do Espírito. Tudo o que a pessoa possui por si própria é a carne. A carne é tudo aquilo que a pessoa considera como a sua força. O Novo Testamento dá-lhe o nome depreciativo de carne porque essa força toda é pura fraqueza, se se compara com o Espírito. A sua fraqueza não procede da matéria ou do corpo, e sim da morte. Tudo aquilo não é capaz de salvar a pessoa da morte. Todos esses poderes fracassam diante da morte. Até o fim a pessoa confia neles para poder se salvar.

Por isso, a própria lei dos judeus pertence à carne e não é capaz de superar o nível da carne. Por isso mesmo Paulo denuncia a traição e o erro fatal dos Gálatas que receberam o Espírito e voltaram à carne. Voltaram à carne, porque puseram sua confiança na carne ao continuarem observando alguns aspectos da lei. Mostraram assim que a sua confiança não estava no Espírito e sim em coisas que são da criatura humana: “começastes pelo Espírito e agora quereis chegar ao fim pela carne?” (Gl 3,3).

Ora, o pecado não é outra coisa a não ser confiar na carne. A raiz do pecado, o que afasta a criatura de Deus, é a falta de confiança no Pai e a confiança nos próprios meios. O pecado consiste em pôr toda a sua confiança e segurança nos poderes da carne: confiar no dinheiro, nas armas, no prestígio, na superioridade intelectual. Como efeitos dessa confiança procedem os pecados conhecidos. A raiz do pecado está na confiança em si próprio, com o fim de vencer a morte. Daí decorrem, então, os homicídios, as injustiças, a opressão, a redução dos outros à escravidão, a dominação, a mentira sistemática para encobrir a injustiça. Finalmente o pecado não supera a morte, não leva à vida, mas cria uma ilusão tremenda da qual os outros são as vítimas.

O Espírito liberta do pecado e da ilusão da carne: liberta da ilusão do poder das armas, do poder do prestígio, do poder do dinheiro, do poder das idéias, da cultura e da ciência. Cria assim pessoas livres de si próprias e da necessidade de garantir sua própria segurança. Tais pessoas estão livres para pensarem na libertação das outras sem se prepararem para dominá-las por sua vez.

Seria um grave erro pensar que o pecado depende de decisões livres dos indivíduos em cada caso particular. O pecado está inscrito na estrutura da sociedade. As relações econômicas, políticas, sociais, as formas de dominação e exploração estão inscritas nas estruturas sociais: ninguém pode deixar de participar ou de colaborar nesse pecado a não ser rompendo as regras da sociedade e expondo-se a todos os perigos de quem não segue as regras habituais.

Os fariseus não podiam deixar de se opor a Jesus, nem os sacerdotes, nem os doutores da lei: pois ele representava uma séria ameaça aos seus privilégios. Podiam sentir-se atraídos de longe, mas não podiam colaborar com ele abertamente, salvo rompendo com o seu mundo.

O Espírito provoca essa ruptura e ajuda a pessoa a romper sem se tornar princípio de outro sistema de dominação que pretenderia substituir o primeiro. O Espírito vence assim as estruturas da carne: o medo, a vontade de poder, a submissão aos poderes injustos. Estas são as leis que presidem ao êxito neste mundo. Mas são também as leis que geram estruturas de pecado (dominação, rivalidade, violência). O povo de Deus nasce e cresce apesar de lutas e de derrotas

que lhe infligem as estruturas de pecado. “Demos graças a Deus: vós éreis escravos do pecado, mas obedecestes de todo o vosso coração ao ensinamento comum ao qual fostes confiados”; “quando éreis escravos do pecado, éreis livres com relação à justiça... mas agora, libertados do pecado...” (Rm 6,17.20.22).

A libertação do pecado e da carne (Rm 8,2.4.6.9.26.27) estabelece o povo de Deus numa liberdade para com a própria necessidade: a pessoa deixa de ser escrava de si própria, da sua vontade particular de segurança e de sobrevivência. A pessoa torna-se capaz de começar a pensar nos outros, a pensar em justiça e paz de modo objetivo e não somente relacionado com a sua própria vantagem. Quando diz: justiça, já se torna capaz de pensar não somente em *justiça para mim*, mas também *justiça para ele, o meu vizinho, o meu rival, ou o meu concorrente na luta da vida*. Só é possível superar as estruturas de pecado a partir do momento em que existam pessoas capazes de pensar no bem das outras independentemente do bem próprio. Essa é a libertação do Espírito.

Então, pessoas livres de si próprias podem pensar em buscar estruturas de justiça, paz, concórdia e solidariedade.

Liberdade da Lei

Os judeus achavam-se livres das estruturas de pecado e da carne porque estavam firmemente apegados à sua lei. Essa lei há de ser entendida no sentido completo de Paulo. A lei para os judeus é a totalidade da organização da vida. Hoje em dia, diríamos: o sistema. A lei é o conjunto do sistema judaico: moral, religião, direito, economia, estrutura social, relações de poder. Tudo isso estava unido intimamente e exposto nos livros da lei, embora o livro tenha recebido muitos complementos e comentários da parte dos rabinos e doutores.

Ora, Paulo reassume a posição de Jesus e a defende vigorosamente ao definir que essa lei, longe de libertar do pecado e da carne, reforça o domínio do pecado de modo mais sutil. A lei manifesta a condição de pecado e a fraqueza da carne, sem lhe dar remédio.

O que acontece? O próprio apego radical à lei faz com que os judeus procurem na lei a salvação: fazem da sua lei a salvação. Ora, essa lei é sua. Os rabinos e doutores controlam-na. A lei é que permite cortar relações com os infiéis e até com os judeus frouxos que não a observam com zelo. A lei abre e justifica novas formas de dominação e pecado: Jesus manifesta-o claramente no discurso da montanha e nas controvérsias com os fariseus, finalmente no famoso discurso de Mt 23. A lei torna-se o novo *eu* dos judeus. Ao apegarem-se à lei, eles se apegam a si próprios. A lei é o que os separa e identifica no meio dos outros: eles procuram apoio naquilo que separa, e que os identifica no meio dos outros. O apego à lei é outra forma do apego à carne: o apego à lei é outra fonte de dominação e injustiça, de pecado e de incapacidade. A lei não liberta a pessoa de si própria, da sua busca de segurança e sobrevivência. Pelo contrário, ela reforça todo aquilo porque infunde ilusões mais fortes. De fato, o povo de Israel acabou comportando-se exatamente como os demais povos. Vemos uma terrível confirmação do fato na história contemporânea. Nenhum povo foi tão perseguido nos últimos tempos como o povo de Israel, vítima de um verdadeiro genocídio durante a última guerra mundial. Contudo, uma vez constituído em Estado, razões de segurança e de sobrevivência fizeram com que Israel oprimisse os árabes exatamente como tinha sido oprimido anteriormente.

Não é que as leis, as cerimônias, os mandamentos escritos na lei de Israel sejam pecados. De modo algum; em geral essas coisas são boas ou indiferente ou um mal menor. Mas o mal está na confiança no sistema: a confiança no sistema é o que gera de novo esse egoísmo e fechamento da pessoa em si própria que são causa de pecado.

Por isso, Paulo se mostra inflexível: não aceita concessão nenhuma, quando percebe que está renascendo esse apego ao sistema que é sinal do apego a si próprio e, portanto, sinal do abandono de Jesus Cristo. Jesus Cristo significa a confiança na força de Deus, no Espírito como único recurso para enfrentar o mundo.

Paulo denuncia “os falsos irmãos, intrusos, que se intrometeram para espreitar a liberdade que temos em Jesus Cristo, a fim de nos escravizar; a esses nunca nos submetemos, nem por uma hora, a fim de salvaguardar para nós a verdade evangélica” (Gl 2,4-5). “Agora emancipados da lei, estamos mortos para a lei que nos trazia presos, a fim de servirmos conforme o novo Espírito e não segundo a antiga letra” (Rm 7,6). A carta aos Gálatas gira totalmente em torno desse tema da escravidão da lei e da libertação do Espírito em Jesus Cristo.

“Para ficarmos livres é que Cristo nos libertou. Sede, pois, firmes e não vos deixeis impor de novo o jugo da escravidão” (Gl 5,1). “Portanto andai segundo o Espírito” (Gl 5,16).

Voltar à escravidão da lei não é somente problema para os Gálatas. Foi e ainda é o problema da Igreja: o apego às formas e ao sistema gera múltiplas injustiças, falta de misericórdia, dominação sutil, mas cruel. O mesmo apego gera uma tremenda inércia de estruturas, uma preguiça, uma falta de caridade, uma frieza no meio das necessidades humanas. Frente aos problemas do mundo, o apego à letra e à lei faz com que os membros da Igreja se assustem e reajam como todos os demais, buscando segurança, cuidando da sua sobrevivência, escutando os conselhos da prudência humana, quer dizer, da inércia dentro dos perigos..

Fora da Igreja os mesmos comportamentos acontecem com muito mais razão ainda. Os grupos sociais, as nações, os partidos, as instituições apegam-se a seu sistema com medo de perder a sua identificação, a sua sobrevivência. Defendem o seu sistema de todas as maneiras, de acordo com as ameaças encontradas. Aceitam injustiça, mentira, fraude, até homicídios com o fim de salvar o sistema. Não se trata somente dos conservadores que procuram defender o que têm. O mesmo sucede com os seus rivais da oposição que procuram estabelecer as suas próprias estruturas. Também eles se submetem totalmente ao partido, ao sistema do partido ou do movimento. A tendência radical da pessoa é a subordinação total ao sistema que considera capaz de defendê-la. Põe a sua confiança no sistema: sem ver que o sistema é uma nova estrutura que a leva a pecar de novo, uma nova estrutura de pecado na medida em que é tomado como regra absoluta. Os próprios movimentos de libertação estão sujeitos a se tornarem sistemas dominadores e o ser humano precisa permanecer livre do seu movimento ou da sua organização de libertação.

Isso não quer dizer que não deva haver nenhuma regra, nenhuma forma de ordem na sociedade, nenhuma lei, nenhum preceito, nenhuma organização ou estrutura. Muito pelo contrário. Nada pode funcionar sem ordem e organização e todas as realidades humanas apelam para uma estrutura. Mas o Espírito torna livre de uma estrutura determinada e de todas as estruturas determinadas. A liberdade consiste em permanecer aberto e disponível para escolher o que há de melhor, de mais conveniente em cada circunstância. O Espírito torna a pessoa apta para uma verdadeira opção e suprime a necessidade de buscar sempre a própria vantagem ou a própria segurança.

O Espírito leva a um discernimento. Torna a pessoa indiferente às incidências na própria vida e, portanto, apta para escolher de acordo com o bem de todos, com o bem do *outro*. Daí a atitude de abertura recomendada por Paulo: nenhuma estrutura se deve sacralizar ou absolutizar; cada uma se acha subordinada à conveniência do momento.

“Tudo é permitido”, mas nem tudo é proveitoso; “tudo é permitido”, mas nem tudo edifica. Tudo é indiferente em si. Não há norma ou rito ou preceito que não esteja sob essa regra: o que é proveitoso, o que edifica. O sistema não vale em si mesmo; nenhuma regra vale em si mesma; vale, se constrói, edifica (1 Cor 10,23).

O preço da liberdade é a obrigação de praticar o discernimento. O Espírito faz o discernimento. Não há estruturas que sejam portadoras do Espírito por si próprias: o Espírito está no discernimento para escolher o que realmente edifica.

O Espírito substitui todos os sistemas com a submissão que eles trazem consigo e também a segurança, por uma obrigação de discernimento. Em lugar de receberem um sistema pré-fabricado de normas, preceitos, gestos obrigatórios, os cristãos se acham diante da necessidade e do desafio de discernir em todos os momentos da história pessoal e social quais são, entre todas as possibilidades, as melhores, as mais convenientes, as que estão de acordo com o novo povo de Deus.

O preço da liberdade é a obrigação de escolher e, portanto, de assumir responsabilidades. A pessoa comum foge das responsabilidades e por isso procura o refugio e a cobertura de normas pré-fabricadas e determinadas por uma autoridade, de tal modo que os fracassos possam ser atribuídos a essa autoridade.

O discernimento, porém, não está entregue às puras luzes humanas: o Espírito é quem abre os olhos para discernir. Em lugar de impor normas, o Espírito ilumina as mentes de tal modo que elas possam ver a realidade das situações e perceber o apelo de Cristo numa situação determinada. Desse modo o Espírito constitui as pessoas em estado de responsabilidade.

Depois de tornar os discípulos livres de si próprios, da sua própria segurança e das suas próprias vantagens e capazes de tomarem o partido da libertação dos outros, o mesmo Espírito Santos torna-os livres do mundo exterior, dos princípios, regras, normas que desde sempre envolvem a relação entre o homem e o mundo dentro de limites estreitos. O Espírito torna a pessoa livre de si mesma e livre das realidades exteriores: ambas as liberdades resultam da liberdade fundamental frente à morte.

O patético da condição humana no presente está nisto, que o processo de libertação está caminhando, mas está longe de chegar ao seu termo. Estamos numa história em que coexistem liberdade e dominação, libertação e estrutura de dominação. A liberdade que anuncia o evangelho está num início. Está se articulando. Está buscando os meios de se encarnar nas estruturas sociais. Ao mesmo tempo, permanecem as raízes das antigas estruturas e estas mesmas estruturas. A presente história consiste numa luta, a mais profunda de todas as lutas, entre as aspirações para a liberdade e as aspirações para a escravidão.

Não pensemos que as aspirações para a liberdade sejam muito fortes humanamente. Elas são tão fracas e tão isoladas que não têm possibilidade nenhuma de êxito por si próprias. Mas, elas tem as promessas do Espírito sem as quais seria melhor desistir logo. Pois a tendência espontânea das pessoas não é para a liberdade e sim para a segurança e a tranquilidade. Para conseguir tais bens, os homens fazem os maiores sacrifícios e sacrificam todas as liberdades. A vontade de sobreviver é tão forte que a pessoa se adapta a qualquer forma de dominação para

poder viver e, num nível um pouco superior, para ter algumas garantias de tranqüilidade.

Há uma aliança tácita entre as estruturas estabelecidas de uma sociedade e o apego de cada membro a si mesmo, as suas vantagens, por modestas que sejam. A partir do momento em que uma pessoa tem alguma coisa, começa a tendência para conservar o que tem, pagando o preço que for preciso.

O milagre da história é que, apesar de tudo, apareça e se renove uma vontade de libertação. O milagre é que existem pessoas e grupos que sacrificam o seu bem-estar de modo desinteressado pelo bem e pela liberdade do próximo. Esse é um milagre do Espírito - milagre que o Espírito suscita onde ele quer, seja dentro da Igreja, seja fora. Pois não podemos pensar que o Espírito seja reservado necessariamente à Igreja ou obrigado sempre a permanecer dentro dos limites da Igreja.

Bem sabemos que os limites da Igreja visível dependem de fatores históricos puramente contingentes. Nem uma pessoa em cada mil escolheu a sua religião ou a sua pertença a uma igreja. Uma pessoa é católica, protestante, budista, animista ou incrédula na maioria dos casos, quase sempre, porque nasceu assim. Poucos mudaram em virtude de decisões pessoais. Mesmo quando mudaram aparentemente por uma decisão pessoal, ver-se-á que a decisão veio em função de uma mudança de ambiente social ou cultural. Portanto, a liberdade exprime-se bem pouco na escolha de uma religião. Esta escolha se deve a fatores históricos. Poucas pessoas têm uma liberdade tal que possa escolher a sua religião, assim como não escolhe a sua língua materna, sua cultura, seu ambiente social. Mas dentro dessas estruturas pouco flexíveis há uma possibilidade de exercer certa liberdade na maneira de reagir: no modo de lutar por mais liberdade dentro dos limites das realidades que estão ao alcance de cada pessoa. A libertação do Espírito será o resultado de milhares de esforços simultâneos e consecutivos.

Liberdade e Caridade

A objeção que fizeram a Paulo, foi que a sua mensagem de liberdade levaria à anarquia, à libertinagem e a uma sociedade plenamente permissiva. Já não haveria barreira para os pecadores. Essa objeção é bem conhecida. Está no fundo de todos os regimes de opressão e sempre encontra convívio em muitas pessoas.

Da liberdade resultaria uma ausência total de ordem ou de estrutura e, por conseguinte, nenhuma sociedade poderia subsistir. Para apoiar a objeção podemos citar os exemplos de todos os movimentos libertários que não conseguem durar mais do que alguns meses porque o mesmo princípio de liberdade que defendem acaba por dissolvê-los a partir de dentro. O grupo divide-se, subdivide-se até chegar a uma poeira de indivíduos isolados. Assim acabam todos os movimentos que tem por base a simples contestação ou a pura rebelião. Seguem a sua própria lógica: não conseguem permanecer como grupo; não há neles força de unidade que possa compensar as tendências para a dissolução.

Por isso, Paulo acrescenta sempre ao seu princípio de liberdade o princípio de caridade que lhe é correlativo. O Espírito é autor ao mesmo tempo da liberdade e da caridade. A liberdade não significa que cada pessoa vai dedicar-se a fazer a sua própria vontade a partir de fins individuais. O discípulo fica livre em vista de um serviço livremente aceito: livre para servir ao próximo. Livre de uma escravidão

forçada em vista de uma escravidão escolhida por ele próprio: o ato de libertação culmina na opção por um serviço.

Pelo serviço livremente aceito, é que os discípulos coordenam as suas atividades: estas são coordenadas em virtude dos fins comuns que se buscam. Já não se trata de uma submissão a uma autoridade humana, por medo ou por necessidade, e sim da submissão a fins objetivos, uma maior libertação do próximo. Pelo serviço, longe de suscitar pecado e desordem, a libertação do Espírito os exclui radicalmente: o problema deixa de existir.

Esse serviço é a nova condição que Paulo descreve deste modo: “livres do pecado, passastes a servir à justiça” (Rm 6,18). “Do mesmo modo que pusestes, quais escravos, vossos membros a serviço da impureza e da iniquidade, acumulando iniquidades, assim os pones agora a serviço da justiça, para chegar à santidade” (Rm 6,19).

Na carta aos Gálatas, a epístola da liberdade, a vinculação entre ambos os aspectos, está mais clara ainda: “Fostes chamados, irmãos, à liberdade, não a uma liberdade que dê ocasião à carne; antes escravos uns dos outros pelo amor. Toda a lei se cumpre numa só ordem: Amarás ao próximo como a ti mesmo” (Gl 5,13-14).

Em outros lugares, Paulo invoca o critério da “edificação”: trata-se de construir a comunidade e construir o próximo (Rm 14; 1 Cor 10,23s). “Cada um de nós procure agradar ao próximo, em favor do bem para edificação” (Rm 15,2).

Nesta oportunidade, importa salientar o que é caridade no Novo Testamento e no cristianismo. A caridade é bem diferente do amor *universal* que consistiria num sentimento de amor para com todos indiferentemente, numa vontade de não ter problema com ninguém e na convicção de uma harmonia universal. Não se trata de amar ao ser humano universal, nem de ter bons sentimentos com todos: tais sentimentos respondem à mentalidade tipicamente burguesa e exprimem uma ideologia burguesa. A burguesia manda outros fazerem o trabalho sujo: polícia, forças armadas, capatazes, delegados sindicais, etc. Ela fica com bonitos papéis e bons sentimentos, dando ordens sem ver os resultados sangrentos das suas ordens. Assim é fácil amar o mundo inteiro. Amam a todos com a condição de que todos sejam submissos: assim como o senhor ama os escravos que são bons escravos e fazem tudo o que ele quer.

A caridade não é amor universal: é amor da pessoa ao povo ao qual pertence, não ao povo nacional, mas ao povo real, o povo de todos os oprimidos que procuram a liberdade. A caridade significa solidariedade. Por isso, a palavra amor não traduz corretamente o que Jesus quer dizer. A palavra *amor* foi demasiadamente contaminada pela cultura burguesa. As palavras que realmente traduzem o significado de Jesus são *solidariedade, comunidade, participação, fidelidade*.

Pois a mensagem de Jesus e dos apóstolos usa palavras que expressam a atitude da pessoa para com a família, a tribo, o povo. Esta comunidade de destino que faz com que uma pessoa se sinta tão ligada aos seus que passa a compartilhar tudo com eles e faça tudo para salvá-los. essa é a disposição que Jesus quis transferir para o verdadeiro povo de Deus. Essa solidariedade não é solidariedade nem amor pelo mundo de pecado, nem pelos fariseus ou sacerdotes ou herodianos. O amor para com eles é a proposta de conversão, no sentido de que eles também são chamados para entrarem no povo de Deus. A solidariedade é paciente porque sempre espera: mas não é, de modo algum, aceitação da situação atual.

O amor que é solidariedade pelo próximo, leva a buscar sua libertação. Não é, de modo algum, aceitação do seu pecado, nem da dominação que ele estaria exercendo.

A caridade procura a construção do povo de Deus. Ela está disposta a aceitar a todos no grupo dos *próximos*, mas para edificar a comunidade. O serviço ao próximo não é de modo algum serviço ao egoísmo do próximo e sim, serviço à construção da comunidade do povo de Deus.

Voltamos assim ao nosso ponto de partida. A finalidade da liberdade é o povo de Deus: não é o indivíduo isolado. A liberdade não está numa auto-suficiência, não consiste simplesmente na independência. A pessoa livre tem muitas dependências, mas são dependências livremente escolhidas. A finalidade da liberdade é social: a pessoa torna-se livre dentro de um povo livre. Não há liberdade isolada, assim como não há caridade isolada. A liberdade está numa inserção livre no povo de Deus.

O que o Espírito pretende construir é o povo de Deus: por isso cria pessoas livres para que sejam os cidadãos desse povo. E também para que sejam os construtores desse povo, os portadores da força do Espírito contra as barreiras deste mundo. O Espírito renunciou a todas as armas da violência para construir o seu povo: escolheu a palavra, dando-lhe uma força que jamais manifestara antes, mas conservando-lhe os riscos da fraqueza. A palavra é por excelência o próprio Jesus Cristo. O Espírito não cria palavras próprias: a sua palavra é Jesus Cristo. O Espírito não faz outra coisa a não ser pronunciar essa palavra, Jesus Cristo, no tempo de hoje para as pessoas de hoje. Pois tudo o que diz o Espírito são aspectos da mesma e única palavra que é Cristo. Ele é o grande apelo às pessoas, em vista do seu corpo que é o povo de Deus.

A Libertação na História

As forças de libertação do Espírito, que tornam Jesus Cristo presente e tendem a reunir do meio das criaturas humanas um povo de Deus, estão agindo. Esse povo de Deus, porém, não fica fora do processo histórico que formou impérios, nações, blocos e partidos. O povo de Deus é constituído pelas mesmas pessoas implicadas em todos esses movimentos. Não é de modo algum um povo paralelo ou semelhante: essa foi a experiência fracassada e iluminadora do povo de Israel. O povo de Deus não é também uma associação religiosa que reuniria os homens na sua profissão religiosa, dividindo assim as pessoas em duas partes: uma para a religião, o resto para a história temporal. Essa divisão foi o grande mal denunciado pelo concílio Vaticano II.

O povo de Deus possui certos órgãos visíveis: a Bíblia, os sacramentos, a sucessão apostólica. Esses órgãos visíveis estão reunidos numa organização: mas a organização depende dos próprios processos históricos: ela reflete as condições sociais e políticas do tempo. Essa organização varia com o tempo. Há séculos, como se sabe, a organização está dividida em *igrejas* separadas e ainda não foi possível refazer a unidade. Contudo, sabemos que tais divisões não destroem a unidade fundamental que há no povo de Deus: o mesmo Espírito age em todos os membros separados. Devemos todos aplicar a famosa fórmula dos Reformadores : *Ecclesia reformata semper reformanda* (a Igreja reformada sempre deve ser reformada).

Em todo caso, não se pode confundir o povo de Deus com a organização eclesial, nem que esta fosse unida como nos primeiros tempos. O povo de Deus está presente e agindo em todos os setores da vida social. Não se limita a influir no aspecto religioso da pessoa humana.

O povo de Deus, porém, não constitui uma totalidade política ou social ao lado das outras. O povo de Deus está presente como um fermento: é aquela parte da

humanidade que luta pela liberdade, que procura encarnar a palavra de Jesus Cristo nas estruturas das sociedades e culturas.

O povo de Deus não é dono da história. As forças que estão trabalhando na sociedade não se deixam submeter. Há dinamismos políticos, econômicos ou culturais independentes de qualquer decisão cristã: esse é o resultado da *humilhação* do Espírito que, semelhante a Cristo, aceitou a condição humana e se submeteu às suas leis.

Contudo, o povo de Deus é capaz de preparar, a longo prazo, por um esforço perseverante de séculos, o advento de outras estruturas sociais e outros modelos históricos. Evitando as ilusões da *crístandade*, não pensemos que já seja possível uma sociedade estruturada simplesmente a partir do cristianismo. A marcha da história é também a herança do passado que não pode ser recuperado totalmente, como se fosse possível realizar um povo universal totalmente regido pelo evangelho. Esta será a nova Jerusalém depois da ressurreição final.

Contudo, tampouco podemos limitar de antemão as possibilidades do Espírito para refazer uma humanidade realmente mais humana. O alcance da ação de libertação não pode ser delimitado de antemão. A história tem a sua parte de abertura. Há abertura no sentido de uma formação lenta e progressiva de novos modelos históricos. Há também abertura dentro de um modelo determinado para melhorar e transformar a sociedade, partindo do seu interior.

Assim, por exemplo, é cada vez mais claro que o modelo nacional já não permite um crescimento da liberdade social ou de estruturas de liberdade. Pelo contrário, as preocupações pela segurança fazem com que o espaço de liberdade, sobretudo dos mais fracos, fique cada vez mais reduzido. Portanto, precisamos preparar outro tipo de sociedade além do puramente nacional. Não sabemos exatamente quais são os dinamismos históricos. Por isso mesmo, há uma parte de intervenção da liberdade humana, uma parte de libertação, cujo alcance não pode ser limitado previamente. Agindo no nosso mundo, entrando em conflito com as forças históricas contrárias e os dinamismos perversos, veremos pelos resultados até onde podemos chegar. Mas o povo de Deus tem campo aberto para agir.

A capacidade de influir nos modelos históricos é limitada. Assim, por exemplo, entre socialismo ou capitalismo, os dois modelos fundamentais do mundo atual, as pessoas livres têm pouca possibilidade de opção. A escolha está feita por forças históricas que eles não podem controlar. A definição do modelo é feita por fatores geográficos ou geopolíticos, pela dependência de um bloco ou de um império. Passar de um império para outro depende de muitas contingências que não estão ao alcance dos cidadãos. Quanto à formação e evolução dos grandes partidos ou movimentos sociais que estão em fermentação constante nas sociedades, também elas não podem ser simplesmente controladas por pessoas livres. Em muitos casos, quem dirige a evolução das sociedades são os mais loucos, os mais paranóicos, os mais implicáveis numa lógica de segurança. Porém, há sempre uma possibilidade de ação para pessoas que procuram recuperar a normalidade humana numa libertação. Há um campo de ação aberto para modificar, pelo menos em parte, os processos. Cada um pode assumir uma parte, embora mínima, nessa tarefa animada pelo Espírito.

O povo de Deus é a reunião das pessoas de boa vontade que tratam de constituir algumas estruturas de liberdade no meio da sociedade humana. Elas não procuram a sua vantagem pessoal, mas a libertação do próximo e o advento de um povo de criaturas livres.

O Espírito não está alheio às forças materiais da história: a sua palavra está presente como um fermento que age e move pessoas concretas para agir.

Não confundamos a palavra do Espírito com os discursos da Igreja. Os discursos respondem a muitas finalidades e os discursos sempre são ambíguos. Sempre estão misturados com finalidades humanas - prestígio da Igreja ou da hierarquia, procura de segurança para a própria Igreja, ou influências diversas de ideologias que movem os grupos sociais com os quais a Igreja tem mais contatos, etc. A palavra de Cristo iluminada pelo Espírito age dentro das pessoas de acordo com movimentos muitas vezes escondidos ou pouco espetaculares. São fortes, contudo, com a força e a fraqueza do Espírito estranhamente misturados.

Quanto à organização eclesiástica, sempre ambígua, trabalhamos para a sua conversão. O Espírito age também na Igreja. O Apocalipse de João diz que o Espírito fala às Igrejas: as sete cartas dirigidas a sete Igrejas são ao mesmo tempo cartas de Cristo e cartas do Espírito: pois é o Espírito quem atualiza as palavras de Cristo na mente das Igrejas. Essas cartas constituem urgentes mensagens de conversão para que as Igrejas voltem à sua vocação, voltem às suas origens, e obedeçam ao Cristo que as fundou. Aquilo é exatamente o que o Espírito continua fazendo a cada passo da história.

Capítulo 5

O PENHOR DO ESPÍRITO

Nos capítulos anteriores vimos como o Espírito entra na história deste mundo enviado pelo Pai e por Jesus ressuscitado, como segunda missão que completa a missão do Filho. Desse modo, o Espírito atualiza a vinda da Palavra de Deus, tornando-a presente no meio dos processos e movimentos das sociedades humanas. O Espírito atualizou a presença da Palavra no Império romano e nas sociedades vizinhas, na cristandade em toda a sua extensão, sofrendo o contrapeso histórico dos seus limites. Atualizou também a Palavra nas nações modernas e no nosso mundo contemporâneo em que todas as civilizações se acham de repente em contato, ainda que não seja por enquanto um verdadeiro diálogo.

O Espírito constrói assim o povo de Deus, preparando o caminho para o advento final do reino de Deus. O Espírito acompanha a evolução da humanidade para infundir nela um “suplemento de alma”, como dizia um filósofo do século passado. O Espírito é a testemunha da liberdade, ainda que a Igreja seja sempre infiel na sua conduta à mensagem de libertação que está encarregada de divulgar.

Evocar a ação do Espírito em vista do advento final do reino de Deus não basta. Pois, de certo modo, o reino já se torna presente na atualidade. Não apenas nas sementes que constituem alguns esboços de estruturas de liberdade e solidariedade que podemos estabelecer. Mas também naqueles aspectos da vida que não mudam substancialmente com a história e nos quais o Espírito também está agindo.

Nós não estamos simplesmente preparando o futuro. Preparamos o futuro num presente e este presente vale por si mesmo. Todos recebemos alguns anos para vivermos nesta terra. Esta vida, breve sem dúvida, não é puramente um elo numa evolução de uma humanidade renovada, que se estaria construindo acima de nós. A humanidade somos nós mesmos. A vida de cada ser humano é também um fim em si, embora esteja também colocada como um elemento que deve intervir na preparação do futuro. Mas não podemos viver em função do futuro exclusivamente. Também temos que viver o presente e o Espírito é também um dom para o presente. O Espírito é vida e para nós, fonte de uma vida que há de ser vivida no presente, ainda que seja apenas um penhor da vida eterna. Contudo, como penhor, há de ser vivida na sua plenitude na medida das possibilidades presentes.

Podemos viver alguma coisa da vida eterna que nos está reservada além da história desde já, de certo modo. Graças ao dom do Espírito já podemos antecipar de certa forma a vida eterna. Não estamos somente dentro da história construindo o futuro. Já estamos vivendo alguma coisa daquilo que vem além da história, a vida eterna. O Espírito, que é fonte da vida eterna e força que a distribui, é também a força que comunica o penhor da vida eterna.

A Vida Eterna

O Espírito é a força de Deus que ressuscitou Jesus, que lhe constituiu uma vida nova, a vida eterna. A ressurreição de Jesus antecipa assim o reino de Deus futuro, sendo uma testemunha da esperança que vale para a humanidade toda.

Jesus entrou na vida de ressuscitado pela força do Espírito. “Posto à morte segundo a carne, foi levado à vida pelo Espírito”(1 Pd 3,18). “Nascido pela carne da descendência de Davi, constituído, porém, Filho poderoso de Deus pelo Espírito santificador a partir da ressurreição dos mortos” (Rm 1,4).

Ora, o Espírito que deu a vida e a vida eterna, a vida de Filho de Deus a Jesus Cristo, dará também a vida eterna a todos os membros do corpo de Cristo. “Se habita em vós o Espírito daquele que dentre os mortos ressuscitou a Jesus, ele, então, que ressuscitou a Cristo Jesus dos mortos, dará também a vida a vossos corpos mortais, em virtude de seu Espírito que habita em vós” (Rm 8,11).

Na teologia paulina, a ressurreição de Jesus adquire todo o seu significado precisamente nessa relação: há um laço íntimo entre a ressurreição de Jesus e a ressurreição final da humanidade. A ressurreição de Jesus constitui por isso mesmo o sinal mais forte que confirma a fé e a esperança. Pois ela mostra a força do Espírito, desmentindo assim o testemunho dos sentidos: o que se vê é a força impressionante da morte. O que se crê é a força irresistível da vida. É o tema mais comum, mais lembrado e com mais insistência nos escritos paulinos.

“Se Cristo não ressuscitou, é sem valor a vossa fé... Se é somente para esta vida que esperamos em Cristo, somos os mais miseráveis de todos os homens. Mas não: Cristo ressuscitou dos mortos, primícias dos que morreram... Como todos morrerão em Adão, assim todos reviverão em Cristo. Mas cada um na sua ordem: como primícias, Cristo, depois os que são de Cristo na sua vinda” (1 Cor 15,17-23). No último capítulo da epistola aos Coríntios, Paulo explica como a ressurreição dos corpos é espiritual (1 Cor 15).

Na realidade, a esperança de uma vida além da morte não é nova, nem é exclusiva do cristianismo. Há confusamente algo semelhante nas esperanças da humanidade já muito antes de Cristo. A ressurreição de Jesus confirma com um sinal decisivo aquela aspiração de sempre.

Porém, a ressurreição final pela intervenção do Espírito ainda não é o mais específico da mensagem evangélica. O que há propriamente de novo no evangelho, é que aquela mesma força do Espírito que dá a vida eterna já está presente. A vida eterna já é dada desde agora para ser vivida neste mundo.

Também o presente, e não apenas o futuro, está nas mãos do Espírito. Portanto, o presente já tem valor de vida: não existe somente em função do futuro. Pois o tempo presente tem em si mesmo, pela força do Espírito, o seu valor de vida.

O Dom da Vida antecipado

O Espírito de vida já está dado. Não somente constitui uma promessa ou um título para a ressurreição final. A vida há de ser vivida. O Espírito é dado para que a vida presente tenha pleno valor de vida, para dar-lhe plenitude de vida.

A presença do Espírito faz com que o cristão seja, de certo modo, introduzido na vida eterna. Há um núcleo nele que já está pertencendo à vida futura. Com certeza, ele ainda está totalmente dentro desta história, e é totalmente solidário com os seres humanos, com todos as pessoas que caminham na história. Mas já tem em si próprio uma densidade de vida, uma consistência de ser que não é deste mundo e sim da vida eterna.

“Vós, porém, não viveis segundo a carne, mas segundo o Espírito, se é que realmente o Espírito de Deus habita em vós” (Rm 8,9). A carne, como sempre, significa todos os poderes humanos, riqueza, armas, cultura, a capacidade de dominar e manipular. Todas essas forças que parecem forças, estão sob o sinal de uma fraqueza fundamental: pois todas tendem a proteger o ser humano da morte e não o conseguem. O Espírito, aparentemente fraco, é realmente forte. Quem aceita o risco da morte, quem se emancipa dos falsos poderes aos quais aspirava, esse vive do Espírito e pode viver a plenitude do dom de vida recebido no presente. Esse dom faz de nós os filhos de Deus: levanta-nos da nossa condição de escravos e faz de nós os verdadeiros filhos de Deus. Filho opõe-se a servo ou escravo. O servo vive no temor e toda a sua vida está marcada pelo temor: o medo está sempre desqualificando todos os gozos, todas as satisfações que pode ter. O filho está além do medo (ver Gálatas, cap. 4).

“Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus. Não recebestes, com efeito, o espírito de escravidão, para ainda viverdes com temor, mas recebestes o espírito de filiação adotiva que nos faz clamar: Abba! Pai! O próprio Espírito dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus” (Rm 8,14-16).

Os dons de Deus não permanecem inertes: são fontes de atividade. Somente a abstração distingue entre dom e atividade. Dom e atividade são uma coisa só. O que Deus dá e o que a pessoa faz são uma só realidade. O dom de Deus não se acha fora ou ao lado da atividade livre da pessoa. Deus se acha sempre na raiz de toda liberdade. O dom do Espírito é uma nova liberdade. Desse modo, o dom presente do Espírito da vida eterna gera um modo de agir novo. O agir do discípulo já tem em si alguma coisa que faz com que pertença à vida eterna. Há alguns elementos de plenitude e perfeição, apesar de que esse agir esteja ainda na história, submisso a todas as contingências e limitações da história. A perfeição que é possível desde já e pode ser vivida desde agora dentro dos limites da história, chama-se “obras do Espírito”, ou “os frutos do Espírito”.

“Se vivemos pelo Espírito, guiemo-nos também pelo Espírito” (Gl 5,25). “Quem semear na carne, da carne colherá a corrupção; quem semear no Espírito, do Espírito colherá a vida eterna” (Gl 6,8). “O fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, delicadeza, bondade, confiança, mansidão, continência” (Gl 5,22).

Essa vida presente recebe o nome de *penhor* da vida eterna futura. Ainda não é a plenitude. É uma realidade ainda frágil como todas as realidades terrestres, insuficiente porque submissa a todas as limitações históricas. Não deixa, porém, de ser uma força incomparável.

“Fostes assinalados com a marca do Espírito Santo prometido, que é penhor de nossa herança” (Ef 1,13-14). “Não contristeis o Espírito Santo de Deus, que vos assinalou com a sua marca para o dia da redenção” (Ef 4,30). A marca é movimento, vida, atividade: não se trata de uma marca material, e sim de uma força de vida que produz atividade.

“Sabemos que se a nossa habitação terrestre, esta tenda em que habitamos, for dissolvida, temos uma casa que é obra de Deus, uma morada eterna nos céus... Quem nos preparou para isso foi Deus, que nos deu o penhor do Espírito” (2 Cor 5,1-5).

Os frutos do Espírito que são a atividade produzida pelo Espírito no tempo presente no meio das perturbações do tempo presente, recebem também o nome de santidade ou perfeição do Pai. O Espírito faz com que a pessoa supere, de certo modo, os limites da sua condição histórica para atingir uma perfeição que é imagem da perfeição do Pai.

Por exemplo, pelo Espírito um escravo torna-se capaz de viver e agir como se estivesse livre, com a mesma serenidade e tranquilidade. Isso não suprime a miséria da escravidão, nem a luta pela emancipação dos escravos. Mas faz com que, até no abismo da escravidão, alguma coisa da vida eterna e da cidade livre, a nova Jerusalém, possa ser vivido. Nos campos de concentração, nas prisões, até mesmo nas torturas, nos piores estados de degradação da humanidade, alguma coisa da luz da vida eterna resplandece na conduta dos santos: há uma paz e uma vitória vividas na personalidade que constituem uma plenitude no meio do pior vazio desta terra.

“Não sabeis que sois o templo de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1Cor 3,16). “Não sabeis que vosso corpo é um templo do Espírito Santo que está em vós, e que recebestes de Deus?” (1 Cor 6,19). “Fostes santificados... pelo Espírito de nosso Deus” (1 Cor 6,11).

Há uma transfiguração da personalidade desde o tempo presente. Apesar das condições limitadas e de opressão em que estamos, apesar do estado de humilhação em que se acha a humanidade, humilhação dos oprimidos e humilhação dos opressores (pois eles se humilham a si próprios ao reduzirem a sua própria pessoa a um comportamento subumano). Essa transfiguração é que recebe o nome de santidade.

“Pois Deus não nos chamou para a impureza e, sim, para a santificação. Portanto, quem despreza isto, não despreza uma pessoa, mas a Deus que, além do mais, vos dá o seu Espírito Santo” (1 Ts 4,7-8). “Devemos dar sempre graças a Deus a vosso respeito, por Deus vos ter escolhido como primícias, para serdes salvos pelo Espírito santificador e pela fé na verdade” (2 Ts 2,13).

Presente e Futuro

Assim, como essa mensagem sobre o momento presente nas nossas vidas terrestres, se define o segundo termo do equilíbrio da vida cristã: equilíbrio entre o presente e o futuro, o drama moderno.

A preocupação pela história, e, por conseguinte, pelo futuro, pode ser tão intensa que se torna exclusiva e consegue absorver a totalidade da vida. Há pessoas que se deixam devorar pelo futuro: toda a sua vida é dirigida para o futuro. Assim como um animal preso vive inteiramente absorvido pela vontade de escapar, assim há pessoas que estão absorvidas pela vontade de riqueza, de poder, de ciência, e não podem pensar em outra coisa. Desse modo, a própria vida desaparece esvaziada do seu conteúdo.

Há pessoas que vivem construindo um futuro: o futuro da sua carreira pessoal, da família, de uma causa, de uma instituição, da pátria, da nação, do partido ou da revolução: sempre o futuro devora o presente. Perdem até o gosto, o desejo, a arte de viver. Tais metas, porém, nunca são alcançadas. A pessoa chega ao fim da vida sem perceber que a vida se esgotou, que acabou o tempo que lhe fora dado: nem teve tempo para viver. E, no fim da vida, o fim não se obteve. Há uma maneira tão absoluta de se dedicar a construir o futuro que o presente desaparece, enquanto esse futuro não chega a ser realmente vivido por pessoas concretas: é um horizonte que recua na medida em que a gente se aproxima dele.

O Espírito Santo é força de Deus na história para edificar o povo de Deus. Portanto, o Espírito constrói um futuro e orienta os discípulos para um porvir. Podemos imaginar que se fosse dado somente para esse porvir, a sua atração seria tão irresistível nos cristãos que qualquer concessão à vida presente seria considerada

como traição à construção do reino de Deus, uma traição ao futuro. Não haveria motivação alguma capaz de competir com o argumento do Espírito Santo. Pessoas religiosas podem ser tão absorvidas pelo progresso da sua religião que não têm tempo para vivê-la no concreto de cada dia.

Mas acontece que há também um dom do Espírito para o tempo presente. Há um dom de vida para ser vivido no presente. Há uma vitalidade efêmera, mas consistente: a santidade é o seu nome mais comum. Pois a santidade é, ao mesmo tempo, dom de Deus e ato da criatura humana.

Durante muito tempo, os cristãos estiveram polarizados, de certo modo, pelo defeito contrário. A meta da santidade se propunha de modo tão exclusivo que as tarefas da história, a solidariedade com as pessoas que lutam no mundo para um futuro melhor, chegavam a perder toda a importância. As lutas do mundo pareciam irrelevantes ao lado da santidade presente. De fato, a procura da santidade de modo exclusivo leva a outra alienação: daquele que anda com uma flor na mão nos campos da batalha; não enxerga nada, não entende nada, não sabe nada; vive como um inocente no meio dos piores crimes da história, passa ao lado dos gemidos e das lamentações das pessoas sem ouvir nada. Esse é o outro vício: a absorção do futuro e da história no presente. Ora, o cristão não tem o direito de sair do mundo ou de considerar-se alheio ao destino da humanidade. Tem que assumir a história, porque o Espírito foi dado como força para levantar o povo de Deus no meio da história.

Por conseguinte, há um equilíbrio entre os dons do Espírito: os dons para o porvir e os dons para o presente.

Desde o Iluminismo, o ambiente intelectual do Ocidente foi dominado de certo modo por ideologias da história. A construção do futuro tornou-se a tarefa principal da humanidade. A história tornou-se, de certo modo, a substância da humanidade. A existência do indivíduo recebia o seu significado da história. A vida humana tinha sabor, valor e conteúdo real na medida em que entrava num processo histórico para construir o mundo.

Tais ideologias exaltam o papel dos grupos relativamente pequenos que são, de fato, capazes de assumir a liderança e de conduzir a história - ou de ter a impressão de conduzir a história. Para esses grupos, as ideologias da história constituem uma justificativa de seu papel. Não somente a tarefa que cumprem aparece como a única realmente importante, mas ela pode exigir a colaboração de todos os cidadãos. Em nome do futuro que eles governam, os grupos de líderes exigem o direito de submeterem à sua organização as massas, os recursos e as atividades da população. Pois tais ideologias são otimistas: elas anunciam o progresso, a felicidade, a justiça para todos. Portanto, elas valorizam sumamente o papel dos grupos dirigentes (seja das elites estabelecidas, seja das elites que procuram tomar o seu lugar). A construção do porvir é uma experiência vivida com certa euforia pelas elites dirigentes. A construção do porvir é por natureza uma experiência elitista.

Neste ano de 2008 estamos assistindo à grande crise, material, cultural moral, do mundo ocidental. Nas últimas décadas os poderosos da economia conduziram toda a humanidade na busca do dinheiro: cada vez mais dinheiro. Todos os outros valores humanos foram sacrificados. Era preciso aumentar o volume das riquezas produzidas para aumentar o dinheiro num movimento sem fim.

Para a grande maioria da população a história é vivida como uma espera interminável, uma esperança tantas vezes frustrada, uma paciência sem fim no meio das necessidades da vida: as multidões sofrem as necessidades da história mais do que as suas liberdades. As massas sofrem o avesso da história. Elas são vítimas das

experiências fracassadas, das guerras perdidas (e também das guerras ganhas), dos regimes econômicos. Sofrem as conseqüências dos empreendimentos históricos feitos em nome da sua libertação e que culminam, como se fosse por acaso, na promoção de novas elites. As massas são mobilizadas para causas em que confiam bem pouco, porque sabem por uma intuição atávica que sempre terão que pagar o preço sem receber os benefícios.

Bem sabemos que ainda hoje a história é vivida como luta cotidiana pela sobrevivência. Durante gerações a vida dos camponeses, que já não são mais a maioria da população, sempre foi precária: dependência passiva do clima, dos flagelos da natureza, da seca ou da cheia, dos preços fixados nos mercados internacionais, dos planos econômicos que eles próprios desconhecem. Para os trabalhadores urbanos a dependência não é menor. A história é sofrida passivamente. Nos melhores casos, a história será como o espetáculo do progresso dos que se apresentam como os representantes do povo, e possivelmente são seus traidores.

Apesar de tudo os pobres continuam esperando, e, a duras penas, conseguem melhoramentos. No entanto, entre eles vivem um início de vida comunitária que os grandes não conhecem: há uma civilização dos pobres que se constitui na margem da história dominante.

Ainda que no decorrer dos séculos a condição da humanidade esteja melhorando, a imensa maioria não vê o resultado dos seus esforços: quantas gerações lutaram e esperaram sem nunca terem visto o resultado?

Que seria a vida para todos eles, se ela fosse apenas trabalho em vista do futuro, sem nenhuma conquista no presente?

Por outro lado, a história dos grandes não conhece somente vitórias, mas também derrotas. Há povos e civilizações que desaparecem aniquilados por outros mais fortes. Nem podemos interpretar a história como se a vitória coubesse sempre aos melhores. Há derrotas que são irrecuperáveis e que são as derrotas dos melhores. Qual seria o significado de tais combates se tudo estivesse no futuro histórico? Os povos e os movimentos que foram eliminados da história não teriam tido valor nunca.

O dom presente do Espírito confere vida inclusive às realidades e pessoas que nunca terão futuro histórico. Dá sentido e valor em função da vida eterna, e também em função do tempo presente.

O Espírito dá relevância e valor à vida, faz viver até no meio das piores adversidades. Podemos estar gemendo, mas vivendo no Espírito. “Pois nós que vivemos nesta tenda, suspiramos angustiados... Deus nos deu o penhor do Espírito e assim temos sempre muita confiança...” (2 Cor 5,4-6). “Bem sabemos que a criação inteira, em conjunto, geme até agora, suspirando, com dores de parto. Mas não somente ela, senão também nos mesmos, que possuímos as primícias do Espírito, gememos em nosso interior, esperando a filiação adotiva, a redenção do nosso corpo” (Rm 8,22-23).

Assim a vida presente há de ser vivida como uma presença real do reino de Deus. Os atos da vida presente têm o seu valor em si mesmos: o Espírito confere-lhes um valor de realidade. “O reino de Deus consiste na justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17).

A vida é sucessão de momentos diversos: há tempos cheios e tempos vazios. Há tempos que acumulam forças para o porvir, que são etapas num movimento para o futuro. Há outros tempos que nada trazem de novo, que não tem

conteúdo histórico em função dum porvir. O Espírito está presente sempre, animando de modo diverso os tempos e os momentos.

Entre os dois pólos do presente e do futuro há lugar para uma grande diversidade de espiritualidades cristãs. Todas, porém, teriam que respeitar ambos os pólos e buscar o justo equilíbrio entre ambos, o que nem sempre sucedeu no passado.

De modo geral, diz-se que o Oriente exaltou de modo unilateral a transfiguração da vida presente, enquanto o Ocidente exalta o futuro e a ação histórica. Nisso há algo de verdade.

Sem dúvida, a Igreja oriental deu pouco valor à ação histórica. A teologia oriental, assim como a liturgia, tão importante para o Oriente, exprimem a transfiguração do mundo atual sob a ação do Espírito Santo. O Oriente cristão enxerga o mundo como transformado e santificado pela virtude do Espírito: o mundo atual torna-se o sacramento da redenção. A graça atual do Espírito enche de tal modo o mundo que este se torna objeto da contemplação: através do mundo, o monge contempla a presença da redenção em Jesus Cristo. O mundo cristianizado aparece como a transparência do mundo futuro. O reino de Deus é possível nos seus sinais atuais.

Não se pode unilateralizar tal visão do mundo. Pois uma atitude puramente contemplativa pode gerar reações terríveis. É verdade que o Espírito transfigura o mundo, mas a transfiguração é apenas inicial, principiante. Não pode levar a impedir de reconhecer o lado demoníaco do mundo, o pecado sempre presente. A visão contemplativa não pode passar por cima da opressão, do sangue derramado, das lágrimas das vítimas inocentes, das injustiças e das frustrações de esperanças. Neste mundo há uma chama do Espírito. Mas o mesmo Espírito luta para uma revolução permanente, para um porvir radicalmente diferente. O mesmo Espírito leva a rejeitar esse mundo atual e a trabalhar com todas as energias para modificá-lo porque é intolerável.

Talvez não seja mero acaso que o ateísmo mais virulento, o ateísmo que prega uma verdadeira mística da negação de Deus, o ateísmo destrutivo, isto é, o ateísmo do comunismo russo, tenha nascido justamente no país em que a visão contemplativa do mundo e o cristianismo oriental da transfiguração estavam mais desenvolvidos. Tal contemplação da transfiguração aparece finalmente como um imenso escândalo: como podem deixar de ver o que acontece na realidade? À negação do mal do mundo, o ateísmo responde por uma negação da sua transfiguração.

Há episódios carregados de significado. No dia em que em São Petersburgo, Lênin invadia o Palácio Imperial e destruía o Império russo, os bispos estavam reunidos a pouca distância para discutir algumas regras litúrgicas. É todo um símbolo.

Por outro lado, as ideologias ocidentais do progresso e do desenvolvimento, da ação e da história acabam tornando o mundo real, isto é, o mundo atual, totalmente insignificante, desprovido de valor, suscitando outra reação destrutiva. Para o ocidental moderno, as realidades atuais não tem valor: não existem valores, nem normas, nem critérios: tudo fica aniquilado pela busca de um futuro diferente: globalização, capitalismo, socialismo. Se tudo passa tão depressa, nada vale realmente, nada merece ser respeitado, nada merece ser vivido em si mesmo.

O ocidental que não pode participar dessa fuga para diante, sente-se inútil e sem valor, e foge. Busca uma evasão, uma ilusão de realidade no jogo, nas drogas, na pornografia, na ficção, no lazer, no consumismo: telenovelas e seriados de todos

os tipos, álcool e drogas, esportes e aventuras de riscos, viagens e férias, shoppings e compras desnecessárias são as realidades que procuram encher uma vida vazia, um mundo vazio.

Somente as elites conseguem achar a vida interessante, porque elas movem sem parar os instrumentos de poder: para elas viver é dominar e dirigir e forçar um certo futuro: o essencial é dar-se uma sensação de viver pela experiência de dominar pessoas, natureza, acontecimentos. Quem não consegue a possibilidade de dominar ou consumir, desiste ou chega aos desafios do terrorismo.

O Espírito está agindo por ambos os lados: na história e na realidade presente: na contemplação oriental e na ação ocidental. Como achar o segredo da reconciliação ou do justo equilíbrio entre ambos os pólos?

Capítulo 6

OS DONS ESPIRITUAIS

O dom do Espírito que é o penhor da vida eterna, manifesta-se em formas diversas. É um dom multiforme. Há uma grande variedade de atos que o tornam atual. Paulo citava uma lista de dons. Veremos esses dons de Paulo. Há também a oração. Há os sacramentos. E de certo modo os sacramentos prolongam-se na arte e na festa, realidades também espirituais.

A Oração

Não queremos dizer de modo algum que toda oração é inspirada pelo Espírito Santo. Longe disso. A oração é um fenômeno tão antigo quanto a própria religião, provavelmente quanto a própria humanidade, pelo menos quanto a cultura humana. Na oração há de tudo, coisas boas e coisas más. Há uma infinidade de orações que merecem o nome de superstição e constituem uma corrupção da humanidade.

Oração inspirada pelo Espírito é a que Paulo anuncia: “recebestes o Espírito de adoção que nos faz clamar: Abba! Pai!” (Rm 8,15). Esse grito de reconhecimento é a oração cristã. Podemos dizer que se trata do aspecto de consciência do dom atual do Espírito. O Espírito revela que no momento atual somos filhos de Deus, que o menor dos atos atuais é ato do filho frente ao Pai. O dom do Espírito consiste nisto: que os atos presentes são atos pelos quais o filho recebe a vida do Pai e restitui essa vida como oblação ao Pai. Restituir ao Pai, quer dizer, viver plenamente, consumir a realidade na sua totalidade. A tomada de consciência de tal condição se expressa pelo grito: Pai! O grito é a oração cristã. O resto não acrescenta nada : vale na medida em que for explicitação do grito do filho. O que não é essa exclamação de confiança, “Pai” não constitui uma oração autêntica.

A oração inspirada pelo Espírito é espontânea. Não procede do temor, da angustia diante do mal como a maioria das orações dos povos pagãos: temor ante o mistério da doença, da morte, dos perigos de todo tipo. Não é uma oração cultivada como experiência espiritual com a finalidade de realizar experiências místicas. Não é uma oração inspirada pelo desejo. Simplesmente é uma oração que expressa a nossa condição real.

O grito *Pai!* é um triunfo sobre o mal da opressão e da injustiça, uma vitória das massas esmagadas e derrotadas. É o grito de vitória apesar da sensação contrária. É o grito de confiança no meio dos gemidos da história.

“O Espírito vem em auxílio de nossa fraqueza, porque não sabemos o que havemos de pedir como convém. Mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis. Aquele, porém, que sonda os corações conhece qual é o desejo do Espírito, porque ele intercede pelos santos, segundo a vontade de Deus” (Rm 8,26-27).

A oração não deve tomar o lugar do agir, nem substituir o exercício efetivo da solidariedade com o próximo. Ela é um grito de alegria e de confiança no meio dos gemidos. Nela a vitória da nova Jerusalém explicita-se e afirma-se frente a todas as adversidades e perseguições.

A oração é de tal modo uma experiência de alegria e gozo que Paulo a compara com a embriaguez. “Não vos embriagueis com vinho, ele conduz à perdição, mas sede repletos do Espírito. Entoai juntos salmos, hinos e cânticos inspirados; cantai e celebrai o Senhor de todo o vosso coração” (Ef 5,18-20). Em diversas passagens o Espírito é comparado à embriaguez: já tinha sido assim no dia de Pentecostes, isto é, desde a primeira vez que se manifestou.

As epístolas multiplicam as alusões à oração no Espírito: “Que o Espírito suscite a vossa oração sob todas as suas formas, vossos pedidos, em todas as circunstâncias...” (Ef 6,18). “Vos, porém, meus amigos... orai no Espírito Santo, permaneçei no amor de Deus; ponde vossa expectativa na misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo para a vida eterna” (Jd 20-21).

A oração perdeu o seu significado quando foi codificada e transformada em observância. O processo que se desenvolveu no judaísmo e na maioria das grandes religiões, afetou também o cristianismo. A oração tornou-se uma formalidade: formulas fixas, gestos fixos, tempo fixo, lugar fixo, até sentimentos estruturados. Houve uma época em que essa estruturação foi levada até os últimos pormenores, como na liturgia depois do Concílio de Trento.

Tal forma de oração acaba provocando uma rejeição generalizada. Triunfa enquanto prevalece a cultura que presidiu a sua estruturação: depois do ocaso dessa cultura, a rejeição das formas definidas corre o risco de levar até a rejeição de toda oração, por princípio.

Evidentemente, há na oração muitos elementos culturais. Daí a importância de destacarmos o que nela é próprio do cristianismo: exatamente esse grito de triunfo e alegria no meio das adversidades: “Pai”. Esse grito pelo qual se expressa o contato de fé com a presença atual do Espírito e da vida eterna, a presença o penhor da vida eterna.

Os Carismas

A questão dos carismas foi reatualizada de modo totalmente imprevisto no século passado. A teologia cristã considerava-os como uma realidade típica do primeiro século que desaparecera totalmente durante os séculos ulteriores. De repente, no século vinte aparece o movimento pentecostal que afirma que nele se renovam os carismas das origens, inclusive o dom das línguas e o batismo no Espírito. Até 1967, o movimento pentecostal não interessou diretamente os católicos. Mas justamente em 1967, em distintos lugares dos Estados Unidos, nasceu um pentecostalismo católico. Esse movimento espalhou-se rapidamente em quase todos os países católicos.

O movimento pentecostal defende a tese de que os fenômenos que ocorrem dentro das suas comunidades (católicas ou protestantes) são idênticos aos fenômenos que Paulo e Lucas mencionam nas primeiras comunidades cristãs.

Notemos que essa identidade não é necessária ao movimento. Os fenômenos atuais têm que ser julgados pelo que são em si mesmos. Podem valer, ainda que não tenham nada em comum com os fenômenos referidos pelo Novo Testamento. Os líderes, porém, afirmam que há identidade e justificam os fenômenos antes de tudo pela identidade. Deixaremos a questão aberta.

Por outro lado, a interpretação dos fenômenos do Novo Testamento não é muito fácil. Não existe nenhuma possibilidade de saber muitos pormenores por falta de documentação suficientemente completa. Conhecemos os fatos mais por

intervenções de Paulo na epístola aos Coríntios do que por informações históricas. O que Lucas conta é muito breve e não se sabe com certeza se os fenômenos que ele refere correspondem exatamente aos fenômenos citados nas epístolas paulinas.

Em todo caso, Paulo insiste longamente nos dons recebidos pelos Coríntios. Não os descreve, pois a epístola dirige-se a interlocutores que dispensam explicações; são eles próprios os beneficiários dos dons. Paulo julga os dons sem sentir a necessidade de dar descrições.

Vejamos primeiro os dons mencionados por Paulo. O que é interessante é que o autor os compara aos ministérios. Ele enxerga os dons espirituais a partir do ponto de vista do seu papel na comunidade: são serviços. O dom não é considerado pela satisfação que dá ao sujeito: o que se estima no dom é o serviço que presta. Os dons correspondem a diversos papéis sociais, diversos papéis que concorrem para a *construção* da comunidade.

“Vários são, no entanto, os dons espirituais, mas é o mesmo Espírito; vários são os ministérios, mas é o mesmo Senhor; várias são as obras, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos. A cada um é dada a manifestação do Espírito em vista da utilidade. A um é dada pelo Espírito uma palavra de sabedoria; a outro, uma palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, a fé no mesmo Espírito; a outro, o dom de curar no mesmo Espírito; a outro, o poder de operar milagres; a outro, a diversidade das línguas; a outros, o dom de as interpretar. Mas tudo isto é o único e o mesmo Espírito que opera, que distribui em particular a cada um como quer” (1 Cor 12,4-11).

O próprio texto interpreta os dons como ministérios ou serviços dentro da comunidade. O mesmo ponto de vista reforça-se pelas considerações do Apóstolo sobre o valor relativo dos diversos dons. Paulo compara longamente a profecia e o dom de línguas. Não sabemos exatamente nem o que era o dom de línguas nem como Paulo o interpretava. Em todo caso, para ele, o que importa é a escala de valores. Para ele, a profecia vale mais porque é útil na edificação da comunidade, enquanto o dom das línguas serve somente ao próprio sujeito que o recebe. “O que fala em língua se edifica a si mesmo; quem profetiza, edifica a comunidade” (1 Cor 14,4).

Daí resulta que, na epístola aos Coríntios, Paulo examina os carismas a partir do ponto de vista dos ministérios e deixa de lado o outro aspecto, o aspecto de experiência pessoal. Na medida em que os dons são considerados como ministérios, eles cabem dentro da perspectiva do povo de Deus, quer dizer, do futuro que há de ser edificado. Os vários dons são formas da *palavra* que procede do Espírito e constrói o povo de Deus.

Podemos, no entanto, enxergar os carismas também a partir de outro ponto de vista, como pura experiência do momento, sem referência a um serviço ou a uma utilidade comunitária. Dentro da perspectiva da experiência espiritual momentânea, sem referência ao futuro, o dom de línguas poderia adquirir mais prestígio, talvez.

Temos a impressão de que Lucas adota esta segunda perspectiva. Mas sempre fica a pergunta: falam Lucas e Paulo da mesma coisa? Em todo caso Lucas mostra nas origens da Igreja fenômenos de explosões espirituais, de experiência do Espírito sem nenhuma relação com um ministério ou uma utilidade. Fala-se em línguas, mas será o dom dos Coríntios?

Para Lucas, as experiências do Espírito têm o seu fim em si mesmas. São testemunhos sensíveis da presença do Espírito Santo e não têm outra finalidade a

não ser dar o testemunho do advento do reino de Deus no momento presente: são sinais sensíveis e atuais da nova Jerusalém no momento atual, penhores do reino de Deus futuro.

Há nos Atos dos Apóstolos uma série de “pentecostes” sucessivos. O primeiro acontecimento tem aspectos peculiares que não se reproduzem depois. Aparece como um sinal da fundação do povo de Deus, como uma nova aliança já não na lei, mas no Espírito. Aparece também como um sinal da missão. Por sinal, entre a missão e o novo povo de Deus a conexão é imediata, já que não se trata de um povo étnico e sim de um povo missionário.

Mas ao lado desses aspectos predominantes no primeiro fenômeno de Atos 2, há outros aspectos que se reproduzem nas outras vezes.

Houve, no dia de Pentecostes, esse fenômeno de explosão de alegria, e explosão de expressão que os vizinhos interpretaram como embriaguez. Essa explosão barulhenta, explosão de linguagem, não era necessária nem para a missão, nem para a inauguração da nova aliança: há algo gratuito que parece ter sido dado aos participantes como dom místico, como experiência sem outro significado a não ser dar relevo, importância subjetiva ao momento: “fez-se ouvir do céu um ruído, como se soprasse impetuoso vendaval, enchendo toda a casa onde estavam reunidos. Então viram como que umas línguas de fogo, as quais, repartindo-se, pousaram sobre cada um. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar línguas estranhas, conforme o Espírito lhes concedia falar” (At 2,2-4).

Houve como uma primeira renovação dos fenômenos de Pentecostes quando os discípulos voltaram depois da sua primeira prisão. Foram ter com os outros discípulos. Houve uma grande oração de gratidão e “enquanto assim oravam, estremeceu o local em que se achavam reunidos e todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a anunciar a palavra de Deus com firmeza” (At 4,31).

Parece que na Samaria aconteceu uma coisa semelhante. Pois os apóstolos impuseram as mãos sobre os novos cristãos de Samaria e veio Espírito Santo de modo tão espetacular que Simão, o Mago, ofereceu dinheiro para receber o dom de provocar semelhantes fenômenos (At 8,18).

Da mesma maneira, quando Pedro estava na casa de Cornélio e falava, “baixou o Espírito Santo sobre todos os que escutavam seu discurso” (At 10,44). Evidentemente, tratava-se de outro fenômeno visível e espetacular. Foi para Pedro um sinal para se dispor a batizar a família de Cornélio. Pedro alude ao fato no discurso de Jerusalém, quando houve a famosa reunião com Paulo e Tiago que definiu o estatuto da liberdade dos pagãos que se convertem a Cristo (At 15,8).

Em Éfeso, quando Paulo chegou, houve outra manifestação. Havia aí discípulos que foram batizados com o batismo de João e não sabiam do Espírito Santo. Paulo anunciou-lhes o dom do Espírito e batizou-os de novo em nome de Jesus. “E quando Paulo lhes impôs as mãos, o Espírito Santo desceu sobre eles, e começaram a falar diversos idiomas e a profetizar” (At 19,6).

Tudo indica que tais fenômenos eram mais ou menos freqüentes nas comunidades recentemente fundadas. Grupos de novos discípulos recebiam uma efusão visível do Espírito.

Na mente de Lucas o significado inteligível das palavras ou dos gritos emitidos nos fenômenos de efusão do Espírito parecem não ter importância. Que valor têm? Não podemos comparar essas palavras com a palavra missionária. Seria antes um grito semelhante ao grito da oração do Espírito. Uma resposta de euforia, alegria e triunfo no momento em que se tem acesso a uma vida superior. O grito procede do Espírito e da pessoa ao mesmo tempo. Por isso é uma experiência

passiva e não ativa: o discípulo sente que é levado pelo Espírito e não grita por iniciativa própria.

Deixamos para outros o problema da comparação com o pentecostalismo contemporâneo. Contudo, vale a pena levar em conta a existência de outros fenômenos que poderiam pertencer à mesma categoria. Durante vários séculos, isto é, desde os últimos séculos da Idade Média (séc. XIV) até o século passado, houve uma série de “místicos” que conheceram fenômenos de subjetividade religiosa semelhantes. Tais fenômenos não parecem haver existido antes. Não parecem ser muito numerosos no século XX.

Poderíamos pensar que os fenômenos místicos, os fenômenos espirituais do primeiro século e talvez os fenômenos pentecostais dos nossos dias sejam várias expressões de uma realidade mais genérica. A diversidade seria relativa à cultura duma época. E todos seriam formas de dons do Espírito Santos como sinais visíveis ou sensíveis do penhor do Espírito, sinais do reino de Deus antecipado no momento presente.

É uma coincidência que os fenômenos místicos ocorreram justamente na época do individualismo e na época da descoberta da interioridade. Não havia místicos na época em que todos os monges trabalhavam, oravam, comiam e dormiam juntos num só quarto: para ter fenômenos místicos é preciso estar só. Somente em épocas em que uma pessoa pode estar só é que tais fenômenos se produzem.

O pentecostalismo aparece numa época em que reaparece a comunidade: os fenômenos pentecostais sempre aparecem em comunidade e nunca quando a pessoa está só. Da mesma maneira os fenômenos dos Atos são sempre realizados em comunidade.

De qualquer maneira, podemos pensar que entre os dons do Espírito há fenômenos sensíveis que não têm valor a não ser valor de sinais exteriores da chegada do Espírito, enchendo assim o momento presente de valor, e manifestando que a vida eterna já está presente na atualidade. Trata-se da vivencia subjetiva de um fato objetivo anunciado pelo evangelho do Novo Testamento: a vida eterna já está no meio de nós; já pode ser vivida como triunfo sobre a morte. Tais sinais do Espírito são sinais de alegria e mais nada: isso basta para o seu valor.

Parece que a epístola aos Hebreus alude a tais realidades pelas seguintes palavras: “Como escaparemos, se negligenciarmos tão grande mensagem de salvação? Anunciada a principio pelo Senhor, foi depois confirmada pelos que a ouviram. E o próprio Deus a garantiu com sinais e prodígios pela manifestação de vários poderes e pela distribuição dos dons do Espírito Santo segundo os planos de sua vontade” (Hb 2,3-4)

A epístola aos Tessalonicenses confirma que a pregação dos apóstolos era apoiada por sinais sensíveis do Espírito: provocava comoções ou emoções tão fortes que eram verdadeiros sinais para as novas comunidades. “O nosso evangelho não foi apresentado a vós unicamente por meio de palavras, mas também com obras poderosas, com a ação do Espírito Santo... De vossa parte, vos fizestes imitadores nossos e do Senhor, acolhendo a palavra em meio a grandes tribulações, com a alegria do Espírito Santo” (1 Ts 1,5-6). Longe de subestimar esses fenômenos espirituais, Paulo diz no fim da epístola: “Não apagueis o Espírito” (1 Ts 5,19).

Finalmente não nos esqueçamos das normas dadas pelo Apóstolo: de qualquer maneira, os dons que constroem a comunidade são superiores a todos os dons que somente conferem aos próprios sujeitos uma satisfação e uma confirmação. De modo algum, podemos isolar tais fenômenos sensíveis e buscá-los por si

mesmos. Aqui, valem também as advertências de todos os verdadeiros místicos: os fenômenos místicos podem e devem ser aceitos, mas nunca procurados. Se ocorrerem, convém recebê-los, mas nunca buscá-los, nem pedi-los a Deus. A mesma norma se aplica, sem dúvida, a todos os dons da mesma categoria.

Os Sacramentos

A oração e os carismas são fenômenos que se referem à própria pessoa: sucedem dentro da pessoa. Pertencem, portanto, à ordem das realidades subjetivas. Há, no entanto, uma extensão maior da força do Espírito. Esta atinge de certo modo, até a matéria, graças aos sacramentos. Nos sacramentos a própria matéria se torna instrumento do Espírito e, em parte, é transformada.

Na realidade, bem sabemos que o Novo Testamento não é muito explícito sobre os sacramentos, salvo a eucaristia e o batismo. E muito menos explícito ainda sobre a relação entre o Espírito e os sacramentos.

Contudo, há certa conexão quanto ao batismo no sentido de que o dom do Espírito aparece muitas vezes ligado ao batismo. Forçoso é reconhecer, no entanto, que o Espírito e o batismo aparecem antes como realidades distintas, ainda que associadas. O Espírito não está dentro do batismo, nem o batismo aparece como um dom do Espírito. O Espírito manifesta-se no contexto do batismo, mas como realidade à parte.

Quanto à eucaristia, a sua relação com o Espírito não está explícita no Novo Testamento. Mas devemos ler o Novo Testamento no sentido dos Santos Padres que representam a fidelidade à tradição oral anterior à própria escritura. O que vale para a eucaristia vale para os demais sacramentos com respeito à leitura da Bíblia: precisamos seguir a leitura dos Santos Padres.

A eucaristia é uma transformação radical da matéria, uma transfiguração da matéria que é total já que ela se transforma no corpo e no sangue de Jesus. Ora, essa transformação é o resultado da ação do Espírito. É doutrina constante dos Santos Padres que o Espírito Santo é quem realiza a transformação. Daí o valor da epiclese. As liturgias antigas salientavam particularmente a epiclese que é a invocação ao Espírito Santo para que faça a transformação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Jesus.

A epiclese já está preparada por diversas invocações ao Espírito, por exemplo, no ofertório. Assim o Espírito Santo não somente transforma as pessoas humanas, mas também o mundo material. Há uma transfiguração da matéria que se opera mediante o advento do Espírito Santo no meio dela.

A transfiguração da matéria anuncia o reino de Deus futuro depois da ressurreição: é uma manifestação do mundo futuro no seio deste mundo atual. A eucaristia leva-nos até o mundo futuro depois da ressurreição: é uma antecipação do mundo dos ressuscitados. Por isso Jesus disse que, ao repetirem a eucaristia, os discípulos anunciariam a sua chegada futura e o seu futuro reino.

A teologia dos Santos Padres, sobretudo a teologia oriental, fez uma extensão do modelo eucarístico aos outros sacramentos. Assim como na eucaristia há uma transfiguração da matéria, do pão e do vinho, assim também há nos outros sacramentos uma transfiguração da matéria. Faz-se uma assimilação de todos os sacramentos ao modelo eucarístico. Há um só sacramento em que o próprio Jesus se torna presente, um só sacramento com mudança de substância. Há, porém, uma semelhança ainda que em grau diferente.

Desse modo, fez-se no batismo um rito de santificação da água, celebrando a transformação da água pela bênção e pelo uso sacramental: a água batismal é outra forma de transfiguração da matéria, ainda que não haja transformação da água em alguma coisa de Jesus Cristo. Fez-se uma bênção solene da água na liturgia da páscoa, e na nossa liturgia atual há também uma bênção prevista para os lugares em que não se conserva a água benta na páscoa.

Apareceu também uma bênção dos óleos, também para o batismo, e para a confirmação, o sacramento dos doentes e as sagradas ordens, o episcopado e as participações. As liturgias exaltam a transformação da matéria que se faz em todos esses sacramentos pela força do Espírito Santo de tal modo que a matéria esteja a serviço da transformação do ser humano. Assim, a transfiguração da matéria amplia-se pouco a pouco. Cada sacramento torna-se o anúncio do advento do mundo ressuscitado: é o anúncio da ressurreição da matéria.

O desenvolvimento litúrgico não parou aí. A Igreja ampliou o sistema dos sacramentos por meio de inúmeras bênçãos. Houve bênçãos para quase tudo, para todos os objetos de uso habitual, as casas, os campos, os instrumentos de trabalho, todas as partes da cidade, assim como para os diversos momentos da vida. As bênçãos puseram na vida um véu sagrado, envolvendo a vida inteira numa rede de sacralização.

A sacramentalização da matéria atinge o seu clímax nos mosteiros antigos, por exemplo, os de Cluny. Aí, o dia inteiro é uma liturgia: não somente a oração formal ocupa sete ou oito horas diárias, mas o levantar e o deitar são atos litúrgicos, os movimentos nos corredores são procissões, as refeições são solenidades litúrgicas, o trabalho é ato litúrgico santificado por gestos e palavras litúrgicas. E todos os lugares do mosteiro recebem uma santificação especial.

Tal desenvolvimento da sacramentalização contém um perigo evidente, o que provoca a reação contemporânea de dessacralização total do mundo material. No fim, dá-se a impressão de que o mundo inteiro já é um mundo santo, o que não é absolutamente verdade. O mundo inteiro participa do pecado humano. A matéria é usada contra a pessoa humana como ocasião e meio de exploração e dominação. O trabalho é lugar de dominação. Os lugares e os tempos estão cheios de perversão e de pecado.

Precisamos sublinhar também o outro aspecto do mundo material: o reino de Deus existe em forma antecipada, mas somente em forma de semente humilde. Somente uma pequena porção do mundo material está transfigurada como testemunho do reino de Deus futuro. Daí não podemos concluir que, desde já, a totalidade do mundo entrou no reino de Deus: seria negar a história e negar a evidência.

Cria-se também a falsa impressão de que se pode mudar o mundo simplesmente por uma bênção, por um gesto litúrgico, como se um pouco de água benta pudesse modificar o conteúdo real de uma realidade material e histórica. Favorece-se uma consciência mágica do mundo: os sacerdotes transformam-se em magos que por gestos litúrgicos conseguem expulsar o mal do mundo e instalar o reino de Deus.

Tais ilusões, por piedosas que sejam, terminam sempre em escândalos porque a realidade do mal e da injustiça opõem um desmentido cruel às pretensões religiosas. Há inclusive formas de sacralização que, talvez ingênuas nos seus agentes, são propriamente escandalosas em si mesmas. Fazem até bênçãos de armas, de bancos e de outros lugares que não convém mencionar, como se as armas deixassem de servir para matar somente porque receberam uma bênção e os bancos

deixassem de enriquecer de modo ilícito somente porque receberam uma bênção. Tais escândalos fornecem argumentos para o ateísmo ativista e para o anticlericalismo. De qualquer modo oferecem uma visão falsa do mundo e do Espírito Santo.

O excesso de sacramentalização tende a suprimir toda ação histórica. Pois, se uma bênção basta para transformar o mundo, para que organizar lutas seculares no plano social e político, para que buscar reformas econômicas e culturais? Um pouco de água e um sinal da cruz bastariam para santificar tudo. Infelizmente não é assim.

É notável que no Novo Testamento o sistema sacramental esteja muito reduzido. A presença atual do reino de Deus está limitada, quanto à matéria, ao sacramento da eucaristia. Somente com muita prudência podemos ampliá-lo, desde que haja uma ampliação simultânea no plano da ação histórica.

Por outro lado, bem sabemos até que ponto o povo católico é perturbado pela terrível herança dos sacramentos. A *terrível* herança é a interpretação mágica dos sacramentos. Naturalmente essa concepção mágica foi dada pelos sacerdotes, enganados eles mesmos por uma teologia muito ambígua que interpretaram no pior sentido.

Na mente do povo católico, o sacramento é um gesto pelo qual a pessoa humana faz com que Deus venha santificá-lo, um meio de provocar uma ação divina. O sacramento é o meio pelo qual a pessoa age sobre Deus e provoca a ação divina. A pessoa faz o sacramento e Deus dá a graça. Se a pessoa não fizer o sacramento, não haverá graça. Tal representação é naturalmente mágica e é blasfematória. Boa parte do *protesto* do protestantismo deu-se contra essa corrupção dos sacramentos. Contudo, os sacerdotes em grande número continuam transmitindo essa idéia mágica e o povo a aceita com satisfação, pois corresponde a uma tendência mágica inata em toda criatura humana.

Na realidade, a iniciativa toda pertence ao Espírito. Ele é quem age livremente e quando quer. O Espírito produz os efeitos de transformação da pessoa ou da matéria por livre e espontânea vontade. Os sacramentos e sacramentais são os sinais pelos quais ele manifesta a sua presença e a sua ação, em toda independência. Os sinais tornam a ação do Espírito visível individual e socialmente.

Que os atos do Espírito se tornem visíveis de certo modo não deixa de ter um significado importante para a vida presente. Graças a esses sinais, pode-se organizar uma recepção ao Espírito Santo. Os seus atos não são exteriores ao ser humano. O ato do Espírito é sempre um despertar de uma liberdade humana. A liturgia realiza de modo visível e consciente a superposição dos dois aspectos: ato do Espírito, ato da liberdade. A liturgia representa a maneira pela qual o ato do Espírito se transforma em ato humano, por uma interiorização consciente daquilo que está interiorizado na realidade. A liturgia elabora e humaniza os sacramentos ao fazer deles o encontro ou o sinal visível do encontro entre o ato do Espírito e a liberdade humana.

Os sacramentos ampliam o presente e dão um conteúdo mais rico à oração e aos carismas. Os povos sem sacramentos, sem liturgia e sem representação do eterno são povos vazios de substância. Não tem pontos de referencia na vida. O problema é de justo equilíbrio entre a sacramentalização e a ação.

Estamos num mundo bastante dessacramentalizado, e que se sente frustrado ainda que não esteja bem consciente de que a sua frustração tem esse motivo. Já aparecem as reações: o êxito do pentecostalismo popular, a expansão

rápida dos cultos africanos no Brasil são sinais claros da frustração e de uma aspiração para dar conteúdo ao tempo presente por meio de sinais materiais

Contudo, uma verdadeira renovação da transfiguração do mundo pelos sacramentos supõe uma superação daquilo que ainda sobra do velho espírito farisaico que fez dos sacramentos formalidades e formalismos, e impôs obrigações. Fazer dos sacramentos matéria de obrigações é como criar uma obrigação de celebrar festas, obrigação de amor entre os esposos, obrigação de orações ou simplesmente obrigação de viver. A obrigação dá segurança e tranqüilidade aos sacerdotes e aos temerosos: mas ela destrói a espontaneidade e a liberdade.

Os sacramentos, com toda a sua extensão ampliada pela Igreja na liturgia, constituem formas e etapas da transfiguração de momentos presentes, sinais e penhores da presença da vida no meio da história. Não podem ocupar a pessoa de tal modo que negligencie as suas tarefas históricas, mas têm o direito de dar conteúdo e valor à vida presente.

Vejamos agora como o sistema sacramental de transfiguração do mundo presente se amplia entre direções diferentes: o amor, a festa, a cidade. Os sacramentos estendem-se no espaço pela arte que gera cidades e no tempo pelas festas que geram amizade. Estendem-se no mais profundo da pessoa humana pelo que há de mais permanente nela, o amor sexual.

O Amor

O Espírito torna-se visível também de modo excepcional no amor, isto é, no amor entre homem e mulher, o amor que restabelece a unidade do ser humano criado por Deus nas origens, o amor que supera as lutas e dominações entre sexos.

Os textos do Novo Testamento que se referem ao casamento, isto é, ao amor entre homem e mulher, não citam o Espírito Santo. A tradição cristã, porém, tanto a oriental como a ocidental, sempre entendeu esses textos num sentido sacramental: a união e o amor entre homem e mulher é sacramento ao lado dos outros sacramentos. Se é sacramento, é também sinal visível de uma ação do Espírito.

Há uma diferença importante entre o matrimônio e os demais sacramentos. Os demais sacramentos são momentos breves: o tempo de uma liturgia. São contidos dentro do prazo de uma breve celebração. Pelo contrário, o que faz o sacramento do casamento não é de modo algum a cerimônia. A cerimônia é acidental e pode ser dispensada: durante séculos não foi obrigatória. O que faz o sacramento é a vida conjugal. Portanto, é um sacramento que dura a vida inteira. De certo modo, pelo sacramento do amor, a vida inteira torna-se um sacramento e a vida conjugal inteira torna-se uma transfiguração do tempo presente. É o único aspecto da vida humana que mereceu essa função, que seja suscetível de ser assim transfigurado. De certo modo, a vida conjugal inteira escapa à história e constitui uma antecipação do reino de Deus. Essa é a sua vocação ainda que nem sempre o sacramento realize as suas virtualidades, porque não é vivido de acordo com seu dinamismo próprio.

O sacramento do matrimônio faz com que a vida conjugal seja vivida como dom presente do Espírito e como plenitude de vida no tempo. Mas ele não faz com que um casamento fracassado seja bem sucedido: não faz milagres, nem dispensa da necessidade de observar todas as leis da realidade sexual: se duas pessoas são incompatíveis, não há sacramento que possa torná-las compatíveis.

Essa mensagem evangélica sobre o amor confirma o pressentimento que já se acha em todas as civilizações. Há o sentimento comum de que o amor é a realidade humana que mais se aproxima da eternidade e melhor supera os limites do tempo e o fluxo da história. O amor é feito para crescer e consolidar-se com o tempo: o fluxo da história confirma-o em lugar de levá-lo. O Espírito confirma essa intuição. Pelo amor, a totalidade da existência humana pode constituir uma presença de vida, uma densidade de realidade que antecipa a plenitude da ressurreição.

Por outro lado e justamente por essa razão, o casamento pode ser também a maior fuga da história. Em lugar de ser vivido como momento de plenitude no fluxo da história, pode ser um refugio para não participar da história. Pode ser uma justificação para não assumir as tarefas humanas. Em certas civilizações antigas, os recém-casados eram dispensados de todo serviço militar no primeiro ano ou nos primeiros tempos após o casamento. Mas é impossível pensar que o casamento possa ser uma dispensa definitiva de todos os deveres cívicos. Há pessoas que desejariam assim viver num presente perpétuo sem nunca aceitar a condição humana, que é de luta por um futuro melhor. O amor é uma dimensão da vida, um sacramento sempre presente, mas não substitui a realidade da existência humana.

Inclusive, as tarefas humanas podem mobilizar de tal modo certas pessoas que elas acabam renunciando ao amor. Assim foi na vida de Jesus e Paulo diz de si próprio que renunciou ao casamento para dedicar-se totalmente ao serviço da palavra salvadora. Na mesma linha, a Igreja pede aos sacerdotes que também se reservem totalmente para o serviço do evangelho. Pois a vida presente não se esgota no presente. Ela é caminho para o futuro e o evangelizador é aquele que vive em função do futuro: é a pessoa que mostra o futuro; não essencialmente o futuro da ressurreição, mas o futuro atual, o futuro do reino de Deus nesta terra, a conversão da Igreja para a sua vocação e a conversão do mundo para a justiça e a paz.

A Festa

A festa prolonga de certo modo os sacramentos. Vejamos de que modo. Nas últimas décadas do século passado houve uma renovação de interesse pela festa: a evolução da civilização ocidental fez com que a festa acompanhasse os sacramentos em sua decadência, e os ocidentais estão doentes por falta de festas e sacramentos. Há uma continuidade entre ambas as realidades. As festas foram substituídas pelo puro consumo. Perderam a sua realidade humana.

As festas existem provavelmente desde o começo da humanidade e nunca desaparecerão, salvo nas últimas décadas da civilização ocidental, capitalista e burguesa. Falar da festa é falar no evidente: é falar daquilo que todos sabem, até os analfabetos, e, sobretudo eles.

A nota fundamental da festa é que ela existe para si mesma e não tem outra finalidade. Celebra-se uma festa para fazer uma festa. A festa é um fim. Trabalha-se durante semanas ou meses para fazer a festa. A festa é o termo, o fim, quando tudo pára. Depois, o movimento recomeça até outra festa. A festa é consumo: o que se acumulou se gasta. Justamente porque durante a festa não se pensa mais naquilo que acontecerá depois. Ela é como um sinal da eternidade no meio do tempo.

O sentido da festa é a amizade. A festa é amizade. Não há festa individual. A festa reúne os amigos e constitui-os como amigos. Os amigos são pessoas que estão unidas por festas. A festa cria solidariedade entre as pessoas: os laços de compadres e outros menos definidos, mas significativos também. As festas celebram

e constituem a família, o clã, a tribo, o povo, a cidade, o povoado, o sítio. O alicerce de uma comunidade são as suas festas, e sem festa não há comunidade. Quando uma sociedade se torna conflituosa demais, a festa torna-se impossível.

O cristianismo adotou a festa, dando-lhe mais firmeza e plenitude. Na realidade, as festas não se tornaram sacramentos: o Espírito não se manifestou imediatamente nas festas tais como elas resultaram da civilização e da cultura dos povos. As festas são frágeis. Procedem do passado das civilizações pagãs e ficaram contaminadas. Todas trazem formas de corrupção: são ocasiões de embriaguez, imoralidade, brigas, vinganças, exploração comercial, etc. Os abusos estão misturados com o significado de amizade que é o aspecto fundamental.

O cristianismo procurou aperfeiçoar as festas e iluminá-las, oferecendo-as ao Espírito por uma vinculação com os sacramentos.

A associação se dá em dois movimentos. Por um movimento, a tradição cristã procura fazer festas na ocasião dos sacramentos ou juntar as duas realidades numa só celebração humana. Desse modo houve, por exemplo, uma associação entre o batismo das crianças e o nascimento, de tal modo que o batismo aparecesse e fosse vivido como festa do nascimento: é a festa da família que celebra um nascimento no seu seio. O batismo encarna-se numa realidade humana. O presente do reino de Deus antecipado no batismo une-se com o presente da festa de família. E o Espírito que ilumina o batizado, estende de certo modo a sua iluminação ao conjunto da festa e a todo o grupo de amigos (membros da família) que aí se reúnem.

Sucedem algo semelhante com a confirmação ou a primeira comunhão: a puberdade ou o fim da infância, o fim da inocência, o começo da idade adulta reúne de novo a família. O sacramento da eucaristia ou da confirmação está de novo ligado a uma festa de família e o Espírito estende algo da sua iluminação ao grupo familiar. A amizade de família sai reforçada pelo Espírito Santo.

Primeira comunhão e confirmação podem ser também festas da paróquia, da vizinhança, do povoado: unem-se à celebração da amizade do povo com um sacramento.

Continua a celebração das festas de família pelo sacramento ou pela celebração litúrgica do casamento em que o sacramento é a eucaristia. Finalmente vem a sepultura com uma nova celebração da eucaristia. Há encarnação da eucaristia num contexto de festa humana.

O segundo movimento consiste em introduzir nas festas humanas um sacramento: de modo geral é a eucaristia que se oferece aos povos. Assim a eucaristia celebra-se nas festas das cidades e dos povoados, nas festas dos grupos sociais, festas agrícolas ou festas de categorias profissionais, de trabalhadores, festas de início de ano, de início ou fim de atividades, de vitórias e conquistas.

Finalmente, a tradição antiga procurou santificar o ano inteiro com os seus ritmos associados à celebração da eucaristia com os ritmos do ano. Nasceram as festas cristãs do ano: os tempos ficaram ligados aos sacramentos. Houve a festa de cada domingo, a festa da páscoa, da epifania, de Natal e de muitas outras solenidades. O sacramento da eucaristia encarna-se nos ritmos da vida popular: a amizade está ligada ao sacramento e recebe dele uma transfiguração e uma consistência maior.

Os abusos das festas prolongam os abusos dos sacramentos. Viver somente para as festas é também fugir da realidade histórica. O problema é de equilíbrio. Houve tempos na Idade Média em que a metade dos dias do ano eram de festa. No século 19, durante a época de ouro da burguesia todas as festas desapareceram e os operários foram forçados a trabalhar até aos domingos. As

festas antecipam somente a festa final e eterna da nova Jerusalém que nos mostra o Apocalipse. Mas são sinais: não querem dizer que a história terminou e que já estamos no paraíso: a experiência de cada dia vem bem depressa lembrá-lo.

A Arte

Assim como Espírito penetra um pouco no tempo pela festa, assim também penetra no espaço pela arte. A arte, como a festa, pertence à criação e não é nenhuma novidade cristã. Mas a arte, como a festa, é assumida, em parte, como extensão dos sacramentos.

A arte, como a festa, tem o seu fim em si mesma. Não serve para outra coisa. Não é meio para fins ulteriores. A arte tem o seu valor em si mesma, como um presente que tem a sua consistência em si mesmo. O artista não prepara um porvir: ele vive um presente como se fosse eterno, como se fosse a única realidade. A arte é justamente o que dá realidade ao presente, o que escapa ao fluxo do tempo. É também o que impede que a matéria seja tratada como instrumento ou meio. Aqui a matéria vale em si mesma: a arte tira uma porção de matéria e lhe confere um valor em si, não um valor de meio. Como tal, faz com que haja na matéria como uma presença do eterno e do definitivo. A arte transfigura o mundo, fazendo aparecer no meio do mundo a realidade em si. É um dom que dá ao ser humano um presente. Em contato com as artes a criatura humana supera o fluxo da história e entra como num templo definitivo, fixo, estável.

As artes estão sujeitas à corrupção: por isso não são sacramentos. Sendo herança da civilização humana, as artes podem corromper e também; separar em lugar de reunir. A deformação mais comum é justamente o individualismo. As artes são feitas para unir as pessoas: para que o espaço seja mediador de amizade e unidade. Por isso, a arte suprema é a arte de fazer cidades. As cidades reúnem todas as artes numa sinfonia de formas: arquitetura, pintura, música, etc. As artes permitem fazer uma união da vida comum graças à elevação das formas e dos ritmos e das cores, enfim de todos os elementos espaciais.

Infelizmente, muitas vezes as artes dividem em lugar de unir: refugiam-se nas casas dos ricos e dominadores em lugar de realizar as cidades de todos. Celebram os vícios e as deformações de indivíduos separados da amizade em lugar de promover a amizade. Basta ver as cidades atuais: todas as artes reservadas a alguns que fazem delas elementos de uma linguagem sempre mais oculta como para justificar a sua exclusividade. As artes são vítimas da corrupção das civilizações e expressam essas corrupções. Contudo, a obra do Espírito é capaz de ampliar-se até atingir a orientação das artes.

Os sacramentos precisam de espaço. O seu espaço pode dar lugar a obra de arte. De fato, no passado da cristandade, os sacramentos foram de certo modo o berço em que nasceram e se desenvolveram todas as formas de arte que triunfaram nas civilizações modernas. Na liturgia e para a liturgia se desenvolveram a arquitetura, a escultura, a pintura, a música, a literatura e quantas artes secundárias. Ainda existem muitos monumentos desse passado. Se bem, é verdade, que arte e sacramentos se separam em grande parte nos últimos séculos, não foi com proveito nem para a arte, nem para os sacramentos.

Assim como pode haver excesso de festa, pode haver também excesso de arte. Como a festa, a arte pode afastar das tarefas históricas. No passado a arte litúrgica terá sido em vários casos um refugio e uma fuga para muitos clérigos, mais

interessados em construir igrejas e organizar coros que em anunciar o evangelho às multidões.

Por outro lado, a história não pode perder de vista os dons do Espírito. Se o Espírito antecipa a vinda do reino de Deus em momentos privilegiados, os seus dons podem passar também por formas artísticas: os sacramentos juntam-se assim com a criatividade humana. Com certeza, tal assimilação da arte à liturgia supõe uma grande humildade artística: trata-se de tornar a arte capaz de reunir uma igreja de pobres, e capaz de expressar a linguagem de uma igreja de pobres. A maior tentação da arte foi, e ainda é, o serviço aos poderosos e aos ricos. O Espírito, no entanto, é capaz de suscitar tais conversões e de animar artistas que não se deixam comprar ou reduzir à escravidão.

A Igreja de hoje se confronta com o dilema: presente ou futuro. Por ambos os lados, vem o Espírito, seja preparando o povo de Deus que caminha nesta história, seja antecipando o reino de Deus que fica além da história. A pessoa é história e é também presente. O Espírito anima-a por ambos os lados. Durante séculos a Igreja, seguindo as tendências dominantes das civilizações antigas, foi predominantemente sacramental: dedicou-se aos sinais sacramentais mais do que à evangelização. Nos últimos tempos, diante dos fracassos da cristandade, ela redescobriu a sua tarefa fundamental de evangelizar para suscitar o povo de Deus. Sem dúvida, tal redescoberta constitui uma tarefa para vários séculos. Não se pode, no entanto, deixar de lado o outro aspecto, como se tivéssemos que seguir as tendências da nossa civilização, individualista e essencialmente histórica do Ocidente. O equilíbrio é o desafio aberto à nossa capacidade de invenção.

O Espírito anima a história e o Espírito anima o tempo presente. Torna a história mais humana, e torna a vida e cada dia mais feliz. Transfigura o nosso presente e gera um futuro.